

Município da Marinha Grande

Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia 01/10/2018.

Mandato de 2017/2021
Ata nº 33

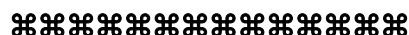
Ao primeiro dia do mês de outubro de dois mil e dezoito, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência da Presidente, Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Carlos Alexandre de Carvalho Caetano;
- Lara Marques Lino;
- Humberto Carlos Dias;
- Célia Cristina Letra Faustino Guerra.

A Sr.^a Presidente não esteve presente no início da reunião, uma vez que se encontrava na OPEN a representar o Município na sessão de abertura da “Semana dos Moldes”, pelo que, nos termos do previsto no artigo 57.º, n.º 3, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, foi substituída pelo Sr. Vice-Presidente, que abriu a reunião pelas 14:30 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

A Sr.^a Vereadora Mêlina Monteiro Mira Domingues comunicou em 14/09/2018, nos termos do disposto no artigo 78.º, em conjugação com o n.º 1 do artigo 79.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, atualizadas, que estará ausente nesta reunião, pelo que solicitou a justificação da sua falta e informou que em todas as suas funções enquanto Vereadora será substituída pelo candidato da lista do MpM – Movimento pela Marinha, Senhor Humberto Carlos Dias, dado que os candidatos imediatamente a seguir comunicaram a sua impossibilidade.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objeto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se mencione expressamente a causa do impedimento.



PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

1. Sr. João Carlos Gomes de Sousa – pretende falar sobre os valores das taxas municipais e sobre o Projeto de Interesse Municipal apresentado ao Sr. Vereador Carlos Caetano.

2. Sr. João Ricardo Marques Mendes – na qualidade de Vice-Presidente do A.C.M pretende falar sobre os relvados municipais.

3. Sr.^a Maria Clementina Loureiro Esperança – pretende falar sobre o pinhal do rei, na qualidade de membro da Comissão “O pinhal é nosso”.

4. Sr.^a Maria Isabel do Rosário Tojeira Pereira – pretende saber quando é que a Rua Dr. Pedro Viana é aberta ao trânsito.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervenção dos membros do executivo

ORDEM DO DIA

CÂMARA

1. Aprovação da ata n.º 31, da reunião ordinária do dia 17 de setembro de 2018
2. Apoio Financeiro à Associação “PoolNet – Portuguese Tooling & Plastics Network” no âmbito da realização da “XI Semana de Moldes 2018”
3. Projeto de Resolução - Necessidade de revisão do rácio de auxiliares de ação educativa na Escola Pública
4. Mensagem de solidariedade – Agradecimento do Município de Portimão

FINANÇAS, CONTABILIDADE E PATRIMÓNIO

5. Resumo de Tesouraria do dia 25 de setembro de 2018
6. P.A. N.º 85/2018-AP/DISU – “*Serviços de vigilância dos estaleiros municipais*” - Ratificação do despacho n.º 422/CF/DFTI/2018 de 26 de setembro
7. 23.ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2018
8. P.A. N.º 93/2018-AP/DCD – “*Confeção e fornecimento de alimentação escolar, fornecimento de lanches e transporte de refeições, para o período de janeiro a julho de 2019*” - Abertura de procedimento de contratação pública.
9. P.A. N.º 95/2018-AP/DISU – “*Aquisição de 8 viaturas ligeiras de mercadorias elétricas*” - Adjudicação
10. Celebração de escritura de justificação de imóveis propriedade do Município da Marinha Grande

TAXAS, PREÇOS E IMPOSTOS

11. Isenção do pagamento de taxas
12. Isenção de taxas de ingresso na Casa-Museu Afonso Lopes Vieira – APPACDM Marinha Grande - Ratificação de Despacho
13. Isenção de taxas de ingresso no Museu do Vidro – Sociedade de Instrução e Recreio 1.º de Maio – Ratificação de Despacho

OBRAS PÚBLICAS

14. Requalificação da rua e travessa do Mirante - Concurso público n.º 17/2018 - Retificação do valor da adjudicação
15. CP 01/2016 - Requalificação da Estrada Vieira de Leiria/Praia da Vieira. Redução da caução prestada.

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO

16. “Requalificação da cantina escolar da Embra” – Marinha Grande - Aprovação do Projeto de Execução
17. “Construção do Centro de Interface de Transportes Urbanos e do Terminal Rodoviário da Marinha Grande” – PA N.º 53/2017 - Aprovação do Projeto de Execução
18. Req.º n.º 1186/18, datado de 29/06/2018 - Proc.º n.º 555/17, datado de 14/12/2017 - Liliana Sofia Ferreira Leal

19. Req.º n.º 1463/18, datado de 09/08/2018 - Proc.º n.º 35/18, datado de 07/02/2018 - IMOLAZER - Imobiliária, Lda
20. Req.º n.º 1544/18, datado de 27/08/2018 - Proc.º n.º 282/18, datado de 16/07/2018 - HK HIDROKING Engenharia Térmica, Lda
21. Req.º n.º 1438/18, datado de 06/08/2018 - Proc.º n.º 324/18, datado de 06/08/2018 - SOFITEC - Soc Técnica de Moldes, Lda
22. Req.º n.º 1469/18, datado de 10/08/2018 - Proc.º n.º 66/17, datado de 21/02/2017 - Maria Helena Estevães Olival Liberato dos Santos
23. Req.º n.º 1612/18, datado de 06/09/2018 - Proc.º n.º 576/17, datado de 29/12/2017 - NORMAX - Fábrica de Vidros Científicos, Lda
24. Req.º n.º 1611/18, datado de 06/09/2018 - Proc.º n.º 577/17, datado de 29/12/2017 - NORMAX - Fábrica de Vidros Científicos, Lda
25. Req.º n.º 1278/18, datado de 13/07/2018 - Proc.º n.º 24/18, datado de 30/01/2018 - FAMOLDE - Fabric. e Comerc. de Moldes, Lda
26. Req.º n.º 1602/18, datado de 05/09/2018 - Proc.º n.º 79/18, datado de 05/03/2018 - Pereira & Cosinheiro, Construção e Venda de Imóveis, Lda
27. Req.º n.º 1314/18, datado de 17/07/2018 - Proc.º n.º 139/18, datado de 19/04/2018 - Maria Júlia da Conceição Silva Alves e Henrique Clara Alves
28. Req.º n.º 1593/18, datado de 04/09/2018 - Proc.º n.º 183/18, datado de 15/05/2018 - Catarina Alexandra Marques Silva
29. Req.º n.º 1381/18, datado de 26/07/2018 - Proc.º n.º 184/18, datado de 16/05/2018 - Carlos José Mendes Lourenço e Patrícia Filipa Dinis Franco
30. Req.º n.º 1545/18, datado de 28/08/2018 - Proc.º n.º 305/18, datado de 24/07/2018 - Acácio Alves da Silva e Mónica da Silva Gomes Marques
31. Req.º n.º 1476/18, datado de 13/08/2018 - Proc.º n.º 335/18, datado de 13/08/2018 - METALCOBRE - Comercialização de Metais, Lda
32. Req.º n.º 1664/18, datado de 14/09/2018 - Proc.º n.º 40/17, datado de 06/02/2017 - Frederico Manuel Gomes Barosa
33. Req.º n.º 1353/18, datado de 23/07/2018 - Proc.º n.º 300/18, datado de 23/07/2018 - Clotilde de Jesus Bazareu - Cabeça de casal da herança de
34. Req.º n.º 1635/18, datado de 11/09/2018 - Proc.º n.º 369/18, datado de 11/09/2018 - REALCEPUZZLE, LDA
35. Req.º n.º 1619/18, datado de 07/09/2018 - Proc.º n.º 165/14, datado de 16/05/2014 - Adelino Bento da Fonseca
36. Req.º n.º 1654/18, datado de 13/09/2018 - Proc.º n.º 72/18, datado de 28/02/2018 - Sociedade Desportiva e Recreativa de Pilado e Escoura
37. Req.º n.º 1644/18, datado de 12/09/2018 - Proc.º n.º 373/18, datado de 12/09/2018 - Leonardo Ribeiro Simões
38. Req.º n.º 1598/18, datado de 05/09/2018 - Proc.º n.º 398/17, datado de 01/09/2017 - Elsa Sofia Martinho Ruivo
39. E/8201/2018 – Reclamação sobre obras em apartamento que causam incomodidade aos vizinhos - Pedido de fiscalização - Av. 1.º de Maio, n.º 33
40. Req.º n.º 1362/18, datado de 24/07/2018 - Proc.º n.º 529/05, datado de 19/07/2005 - Armando Brás Heleno
41. Req.º n.º 996/18, datado de 24/05/2018 - Proc.º n.º 69/16, datado de 02/03/2016 - SOLO E BETÃO - Compra e Venda de Imóveis para Revenda e Construção Civil, Lda
42. Req.º n.º 1486/18, datado de 14/08/2018 - Proc.º n.º 51/18, datado de 16/02/2018 - Luís António Correia Amaral

AÇÃO SOCIAL

43. Atribuição de apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra - Comissão de Reformados Pensionistas e Idosos: Almoço de Natal/2018.

TEMPOS LIVRES E DESPORTO

44. Contrato-programa de apoio a infraestruturas - Sociedade de Beneficência e Recreio 1.º de Janeiro. Adenda.



PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O **Sr. Vice-Presidente** cumprimentou todos os presentes e deu a palavra ao público inscrito.

1. Sr. João Carlos Gomes de Sousa – cumprimentou todos os presentes e abordou dois assuntos:

1. Projeto de Interesse Municipal apresentado ao Sr. Vereador Carlos Caetano, ao qual ainda não obteve resposta, pelo que entregou cópia a todos os membros do executivo e pediu uma reunião com toda a vereação, com caráter de urgência e com propostas concretas.
2. Novamente as taxas municipais. Lembrou a resposta do Sr. Vereador Aurélio Ferreira na última reunião de Câmara, e referiu que, ao contrário do que disse, a ARU não prevê qualquer isenção de taxas.

Pretende uma resposta concreta sobre o seguinte: o art.º 8.º, n.º 2 do Regimento da CMMG diz que os Vereadores podem apresentar requerimentos, e podem, só que para alterar o regulamento das taxas têm que apresentar o impacto financeiro. O art.º 23.º diz que podem alterar o Regimento, por isso, se não está bem, há que o alterar.

Referiu que vai entregar um requerimento a pedir a isenção das taxas das obras que fizeram, porque na secretaria de obras lhe disseram que sim, há isenção, no RMEU de 2010, e que devia ser o município a saber e não os serviços a informar. Talvez seja assim, mas então todos devem cumprir a lei, municípios e Câmara.

Seguidamente deixou as seguintes perguntas:

- Se o objectivo da ARU era a revitalização do Centro Tradicional, porque só a habitação permanente tem isenção de taxas?
- Qual é o critério para a decisão em reunião de Câmara, com base no RMEU?
- Porque é que essas isenções não são amplamente publicitadas?

Por último referiu que para o reembolso do IMT são necessários 2 documentos:

- O relatório do estado inicial de conservação, que pediu em 2016 e ainda está à espera;
- O relatório do estado final da obra, que vai pedir, mas ainda falta o inicial.

2. Sr. João Ricardo Marques Mendes – na qualidade de Vice-Presidente do A.C.M colocou as seguintes questões:

- Por que motivo as diversas modalidades recebem de apoio 5.000€ por equipa, a nível das competições nacionais, e o futebol apenas 3.750€? Porquê?
- Por que razão o ACM não recebeu os 35.000€ para as equipas amadoras de futebol, tal como outras equipas do concelho recebem?
- Porque não foi autorizada a utilização dos pavilhões do Parque Municipal de Exposições pelo ACM?

- Como é possível que os relvados 1 e 2, depois de 60 dias sobre o início da época desportiva, ainda não estejam em condições?
- Porque estão previstos 14 treinos e não foram ainda feitos?
- Qual a estratégia da CMMG para o desporto, designadamente para o futebol?

3. Sr.ª Maria Clementina Loureiro Esperança – dado que não pode estar presente, fez-se representar pela **Sr.ª Rosa Duarte**, que, em representação da **Comissão “O pinhal é nosso”**, leu a sua intervenção, que tem o mesmo conteúdo do texto apresentado na última sessão da Assembleia Municipal, e que relata a situação atual do pinhal, quase 1 ano depois do incêndio, e reitera o que na altura reivindicaram:

- Que o produto da venda da lenha fique no concelho, e seja aplicado como descrevem;
- O reforço dos meios humanos, das infraestruturas de apoio e das forças de segurança;
- A reflorestação urgente, para regeneração da área ardida;
- Um pacto de regime para a floresta pública, a assumir por todas as forças políticas.

O referido documento fica anexo à presente ata. (**Anexo 1**).

4. Sr.ª Maria Isabel do Rosário Tojeira Pereira – pretende saber quando é que a Rua Dr. Pedro Viana é aberta ao trânsito. Tem um imóvel para venda há muito tempo, tem sido difícil vendê-lo, agora aparecem interessados, mas como a rua está bloqueada desistem.

Terminadas as intervenções do público, o Sr. Vice-Presidente respondeu o seguinte:

- Sr. João Sousa – a situação que descreve tem que ser bem analisada. Sobre o projeto de que já falaram não vai aqui divulgar, mas trata-se de um lugar que tem alguns problemas, pelo que a sugestão de se sentarem todos é interessante, o projeto também é muito interessante para o concelho, mas há os problemas de divergências em relação à REN e RAN. Espera que os colegas Vereadores estejam disponíveis para reunir, dado o interesse do projeto.

Seguidamente convidou o Sr. Vereador Aurélio Ferreira a responder, uma vez que foi visado na intervenção.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** agradeceu a oportunidade, e referiu que vai começar pela sugestão de se sentarem todos à mesa, porque não é habitual. E deu o exemplo do projecto da PoolNet, apresentado em junho e ainda não reuniram. Entende que o executivo permanente não quer que se reúnam todos, e é por isso que não podem apresentar propostas.

Na reunião de Câmara de 20/02/2018 os 2 Vereadores do MpM apresentaram, no seu tempo de intervenção, uma proposta de início de procedimento para 3 regulamentos de apoios. O que aconteceu foi a Sr.ª Presidente ter entendido que não ia agendar estas propostas. Esta é a verdade, não é que não tenham capacidade ou não apresentem propostas. Querem contribuir mas não conseguem.

A Sr.ª Vereadora Célia Guerra respondeu o seguinte:

- Sr. João Mendes Vice-Presidente do ACM
 - Subsídio da Câmara – os valores estão de acordo com os critérios definidos. Não recebeu os 35.000€ porque este valor é para as equipas da 1.ª divisão.

- Utilização do PME – o pedido foi feito, a resposta era que não estava disponível nessa hora porque é utilizado pelo SOM, Moitense, patinagem e escolas.
- Relvados – não há regulamento camarário para utilização. No ano passado havia 7 treinos semanais para o ACM, para este ano foram arrançados 10 treinos no Lagoinha e nos Vidreiros, e para a semana terá 9 treinos no relvado n.º 3. O n.º 1 e n.º 2, que foram semeados de novo, não podem ter uma carga tão grande. O n.º 2 será utilizado por iniciados e para 2 treinos. O relvado n.º 1 para treinos e 1 jogo. Fica espantada que o ACM continue a reclamar, quando este ano a Câmara lhes disponibilizou mais treinos do que no ano passado. Realçou a parceria que o ACM fez com a Academia, mas quando a fez talvez devesse ter pensado nos treinos, porque há mais atletas.
- Terminou referindo que o relvado n.º 2 e o n.º 3 já estão disponíveis, e que esta semana irá haver uma reunião para articular a utilização do n.º 1, que tem de ter uma carga de treinos progressiva.

O Sr. Vice-Presidente prosseguiu respondendo o seguinte:

- D. Rosa Duarte – a intervenção foi um grito de alerta, que a todos preocupa e que subscreve. Dado que não fez nenhuma pergunta e como o assunto tem estado nas mãos da Sr.ª Presidente, logo que ela chegue far-lhe-á chegar o documento que entregou.
- D. Maria Isabel – a rua foi fechada por precaução. O Sr. João Sousa e o sócio apresentaram aqui um projeto, foi aprovado, e nesse âmbito pediram uma vistoria, que foi feita de imediato, pelo que os promotores estão em condições de iniciar a obra. O início cabe-lhes a eles, porque o que dependia da Câmara está despachado, embora os blocos não possam ser retirados logo.
Dado que o Sr. João Sousa estava também presente nesta reunião, pode informar que pensa que o desbloqueio da rua possa estar resolvido até final do ano.



PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Vice-Presidente deu a palavra aos Srs. Vereadores que pediram para intervir.

A Sr.ª Vereadora Lara Lino cumprimentou todos os presentes, lamentou a ausência da Sr.ª Presidente e o facto de não ter estado presente para ouvir os munícipes, que também tiveram que planear a sua vida para aqui vir.

Seguidamente abordou os seguintes assuntos:

- Escola do Pilado – sabe que o Sr. Vereador falou na Assembleia Municipal, mas queria um esclarecimento sobre a nova empresa que vai acabar a obra.
- CAF's e AAAP's – está tudo a funcionar em pleno? Soube que em algumas escolas, entre as 8 horas e as 9 horas, são as funcionárias que estão a receber as crianças e não a empresa. É assim?

- Valor das refeições escolares – já há resposta ao pedido feito em anterior reunião? A Câmara está a ter lucro com as refeições ou não?
- Vínculo dos precários e colocação de 33 pessoas – a Sr.^a Presidente explicou na Assembleia Municipal mas não compreendeu, porque falou que só tinham concorrido 5 pessoas. Pretende explicações.
- Relvados sintéticos e naturais – o representante do ACM voltou aqui, 61 dias depois de aqui ter estado, e nada se resolveu. Os relvados deviam ter sido entregues no dia 1 de outubro e não foram, prejudicando as equipas e o seu desempenho.
 - Qual a solução para a totalidade dos treinos que o clube precisa, até os campos estarem a 100%?
 - É possível a cedência de uma sala no Estádio?
 - E o espaço para os mais pequenos, desde que seja em zona coberta, vai ser cedido?

Apesar de todos estes constrangimentos, deixou os parabéns ao ACM pelos resultados desportivos obtidos.

O Sr. Vereador Humberto Dias cumprimentou todos os presentes, a Sr.^a Presidente, os colegas Vereadores, o público presente e aquele que assiste a esta transmissão, e tendo em conta que enviou a sua intervenção, passa-se a reproduzir o conteúdo da mesma:

“1. Somos frequentemente abordados nestas sessões públicas da reunião ordinária da Câmara com situações e irregularidades que ocorrem no concelho, reportadas por munícipes, e até pelos próprios vereadores. Há bem pouco tempo um munícipe alertou-me para a circunstância dos diversos semáforos situados ao longo da Avenida José Gregório, que nunca apresentam o sinal verde de passagem de peões, não obstante existirem botões de acionamento para o efeito, pondo em risco quem deles necessita, acabando por efetuar o atravessamento esgotada a paciência de esperar. Ainda o mesmo munícipe alertava para a existência de um muro em risco de queda situado na travessa que liga a Rua das Laranjeiras à Avenida José Gregório. Há uns meses atrás, registou-se a queda de uma árvore no Largo do Engenho, ao que parece a mesma já estaria referenciada pelos serviços para abate e em risco de queda iminente, este episódio não teve outras consequências para além de um automóvel destruído, mas bem poderia ter ocorrido uma tragédia, não constando no local qualquer aviso sobre este risco. Ainda a este nível, temos há largos meses uma rua do centro tradicional fechada ao trânsito, trata-se de um edifício em risco de derrocada, não obstante este facto cruzam aquela espaço diversos peões, mais uma vez não consta qualquer sinalética de aviso específico, estes são alguns exemplos do tipo de ocorrências que se registam nos mais diversos pontos do nosso concelho. E que justificariam por parte do município, a criação de um mecanismo, que se traduziria na criação de uma equipa pluridisciplinar numa lógica de “zeladores do concelho”, que não só identificasse os problemas, como tivesse capacidade de resolver ou diligenciar na resolução imediata de alguns deles. Exemplifico, por exemplo com a questão da árvore ou do muro em risco de queda, identificado o risco, de imediato providenciar a impressão de um aviso (articulado com o gabinete de comunicação da CM), construir e fixar o necessário suporte físico e desencadear as diligências necessárias, para solucionar o problema, nos diversos níveis no menor espaço de tempo possível. Deixamos a proposta. Esta equipa poderia ser composta por técnicos, (engenheiro, arquiteto, elemento da proteção civil, carpinteiro, serralheiro ou pedreiro e ou até integrando munícipes por exemplo numa lógica de voluntariado) numa atitude de pro-atividade por parte do município na resolução de pequenos grandes problemas reais e do quotidiano, de uma forma mais célere.

2. Queremos ainda REQUERER à Senhora Presidente, a listagem de todos os projetos que estão a ser elaborados ou encomendados pela CM e que visam a construção de equipamentos ou obras de grande relevância para o município, nomeadamente a piscina municipal, o mercado, as obras que foram inscritas no âmbito do PEDU, não apenas os que estão em curso mas também os que estão a ser equacionados ou até encomendados. Ao contrário do que se ventila com frequência através de comunicados partidários, os vereadores na oposição, desejam tanto ou mais e como certamente os restantes, a concretização efetiva destes projetos fundamentais para o concelho. Requeremos assim que estes projetos sejam discutidos e avaliados logo na sua génese por todos os vereadores, porque estes projetos se revestem de uma elevada importância para a cidade, e serão obras emblemáticas que desejamos todos que sejam o mais assertivas, funcionais, belas e com a máxima qualidade possível, evitando os constrangimentos e equívocos que serão perfeitamente evitáveis usando uma metodologia diferente da que tem vindo a ser seguida até agora pelo executivo permanente. Realçando que não estão em causa nem nunca estarão o bloqueio das mesmas, antes o enriquecimento e a prossecução do garante da qualidade e satisfação plena dos objetivos que as mesmas pretendem atingir, ou seja servir o melhor possível as populações e a melhoria da qualidade de vida de todos os que vivem, trabalham e visitam o nosso concelho.

3. Casa mortuária da Marinha Grande, pergunta-me o Sr. Pe Armindo, quando será possível proceder à instalação do sistema de climatização nas salas mortuárias. Este compromisso já tem 3 anos desde que se fez pela primeira vez, o levantamento das necessidades e de acordo com informação do técnico responsável que elaborou o levantamento só faltará o dinheiro necessário. Pedia que nos informasse sobre o ponto de situação e quando será possível concretizar.”

A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho cumprimentou todos os presentes e disse que fazia suas as palavras da Sr.ª Vereadora Lara Lino, pois também lamenta a ausência da Sr.ª Presidente.

Em seguida referiu o seguinte sobre as intervenções dos munícipes:

- Disse que também está disponível para a reunião pedida pelo Sr. João Sousa. Já percebeu que o projeto é de interesse para o concelho, e assim sendo é de opinião que este tipo de projetos deviam obter a opinião de todos e depois deviam ser avocados ao Presidente da Câmara, para controlar os prazos de resposta.
- Pinhal do Rei – considera que foi uma boa intervenção. Esta atuação do Governo é uma vergonha para o concelho, assim como a inércia da Sr.ª Presidente da Câmara.
- ACM e relvados – é uma clara incompetência para resolver a questão. Este executivo tudo deveria fazer para bem das crianças e do desporto do concelho. A Câmara tem dinheiro, e por isso devia apoiar os clubes do concelho, que levam o nome da Marinha Grande onde vão. Entende que tem de acabar este estigma, porque os clubes e os seus dirigentes prestam um serviço público. É incrível a resposta ao pedido de utilização do Pavilhão da FAE para as crianças fazerem jogos lúdicos.

Seguidamente, e tendo em conta que a Sr.ª Vereadora enviou a sua intervenção, passa-se a reproduzir o conteúdo da mesma:

“Parabenizar:

1. *Parabéns ao Sporting Clube Marinhense pela vitória no Torneio Eurocidade Valença/Tui, tendo conquistado o título ao Sport Lisboa Benfica! Estamos no bom caminho!*

Relembro que este Clube aposta fortemente na formação das nossas crianças e jovens, no Hóquei, Basket e patinagem artística, tornando-os mais sádios, tanto a nível físico como psicológico.

É urgente apoiar condignamente este e todos os Clubes que fazem o bem no nosso Concelho.

2. *Parabéns, MAIS UMA VEZ, ao David Pereira, ao Clube de Atletismo da Marinha Grande e à treinadora deste atleta, Cristiana Oliveira. Desta feita, o David foi convocado pela Federação Portuguesa de Atletismo para um Estágio Nacional...Boa sorte David! Leva as cores da Marinha Grande longe...Temos muito orgulho em ti!*
3. *Parabéns, MAIS UMA VEZ, ao Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente e aos seus atletas, tendo TODOS ELES trazido medalhas para o nosso Concelho! Maria Legoinha, Diana Mendes, Diogo Alves, Martim Pires e Pedro Gaiolas – 1º Lugar; João Gaiolas, Edna Correia e Beatriz Vieira vice-campeões e Lara Félix e Alexandre Gaiolas foram medalhas de bronze;*

Assuntos vários:

- mail de uma munícipe acerca da falta de qualidade da água, desta feita em Picassinos. Quando pretendem fazer algo em concreto, para resolver este problema?

- Os cães! Há quantos anos ando eu a levantar esta questão? Será que é desta que vamos resolver este gravíssimo problema? Duas pessoas (um homem e uma criança) iam sendo atacadas, no sábado, por trás do Bambi, junto às mesas de piqueniques, por dois cães de grande porte... Tiveram que pegar em pedras, paus, para se defenderem e afugentar os cães! Esteve eminente uma tragédia! Não digo mais nada, Sr. Vereador, Srª Presidente! Continuem sem nada fazer! Também já nos habituaram a isso...portanto é mais um daqueles assuntos para arrastar, até suceder mais um problema...É que quero lembrar que já existiram ataques... Felizmente não deram em ferimentos muito graves. Mas será que vai ser sempre assim?

- O que se passa com o S.A.P.? A Comissão de Utentes fez-nos saber que não só não foram cumpridas as promessas feitas pelo responsável do A.C.E.S. Leiria na reunião havida em 27 de Junho, como a situação ainda piorou! O S.A.P encontra-se encerrado das 8h às 20h e os utentes são enviados para as urgências de Leiria!

Perante isto, o que pensa a Srª Presidente fazer? Como pensa defender os interesses dos utentes do nosso Concelho?

- TUMG – Pretendo saber, com rigor, o que se passou; Pretendo saber se existe algum auto de contra ordenação na Polícia de Segurança Pública; Julgaria adequada a presença da Drª Fátima nesta reunião para esclarecer cabalmente o sucedido, lamentando que a Srª Presidente não tenha tomado tal iniciativa.

A confirmar-se o que veio a lume, lamento que seja a própria Câmara a primeira a falhar no que diz respeito à segurança das nossas crianças;

- Outra questão: como vai o processo de implementação de uma rede municipal de Desfibrilhação Automática? Era um compromisso CDU assumido nomeadamente com Clubes do nosso concelho, bem sei que não constava do programa do PS, mas espero que não seja

por esse motivo que não se implementa...O que vem dos outros também pode ser interessante e importante para o desenvolvimento do concelho...

- Tal como as propostas de desenvolvimento desportivo e melhoria de infraestruturas que vos entreguei (e estarão anexas à respectiva acta)! Para quando a implementação dessas propostas? Ou não é para as fazer? É que se não é, digam já! É que somos acusados de não fazer propostas ou de não apresentar ideias, o que não é verdade! Nós fazemos! Voçês é que não as implementam... Até dizem que sim, que as vão considerar mas depois...nada! As únicas propostas favoráveis, nomeadamente ao Movimento Associativo e desportivo que foram aplicadas, provêm de propostas de indeferimento vossas, que nós aqui convertemos em deferimento! Estranho “modus operandi” o vosso...

- O que se passa com o apoio a Casal Galego para a organização da FAG?

- Monumento à Escola na Vieira. Ainda está na Junta de Freguesia da Vieira como nos foi informado há 15 dias atrás? Se já regressou à Câmara, quando deu entrada nos serviços, vindo da Junta da Vieira?

- Desvio de trânsito camiões Stº Barosa! Para quando a resolução deste problema que se continua a verificar!

- Outra questão para a qual pretendo obter resposta da Srª Presidente. Tem a ver com o futuro aeroporto de Monte Real! Ouvimos recentemente o primeiro ministro António Costa afirmar alto e bom som que o aeroporto do Montijo era uma realidade incontornável! Perante esta afirmação e perante o que o Governo prometeu às Câmaras da CIMRL, duas das quais – Leiria e Marinha Grande – custearam sozinhas um estudo pró-forme, só para suportar a decisão política que nos foi dada como certa, pergunto: o que pretende a Srª Presidente fazer? Pagámos 75 mil euros de um total de € 150 mil euros...Foi-nos garantido que seria tomada a decisão política de instalar o aeroporto em Monte Real! As declarações de António Costa já aconteceram há mais de uma semana! O que fez a Srª Presidente neste interregno de tempo? Aliás, o que fez a Srª Presidente desde que tomou posse para garantir que a nossa voz se fazia ouvir na defesa de tão importante investimento absolutamente estratégico para o concelho e para a região?

Finalmente, dizer à Srª Presidente, Vereadores e Munícipes que estou cada vez mais preocupada com o rumo deste Concelho (ou a falta dele)...

Constato que a senhora Presidente vive num mundo “à parte”! A sua realidade, a realidade que vai na sua cabeça, não é a vivida pelos Munícipes!

Estou mesmo preocupada!

Porque quer a senhora, os seus vereadores e também alguns elementos da bancada do PS da Assembleia Municipal (nem todos, é certo, honra seja feita ao Sr. Presidente de Junta da Vieira que deixou o alerta para a necessidade de resolver muitos problemas na Vieira), julgam que vão do lado certo da estrada, enquanto todo o concelho vai do lado errado, em contra-mão!

Como é possível vir ainda defender (aqui e na AM) que um concurso internacional para alimentação escolar que se pretende decidido em Setembro, foi aberto a tempo e horas????

Como é possível vir aqui defender a culpa das empresas contratadas para os tempos livres das escolas, quando a culpa resultou de um caderno de encargos elaborado de forma errada ao exigir licenciatura “via ensino” para esta área quando ISSO NEM SEQUER EXISTE???

É evidente que assim seria impossível a qualquer empresa apetrechar-se, em tempo, com os necessários recursos humanos.

Como é possível vangloriarem-se de milhões de investimento em obra quando o saldo de tesouraria aumenta, quando a maior parte do que elencam transitou dos mandatos anteriores?

Como é possível a Srª Presidente vir defender, com unhas e dentes, o ICNF, lendo uma cartilha que lhe foi impingida para nos deitar areia para os olhos?

Como é possível não cumprir normas de segurança nos autocarros que transportam crianças e vir dizer que “fazem o frete” aos pais porque nada disso era obrigatório? É uma birrinha dos pais...

Os relvados do Estádio Municipal que nos vão agora custar milhares de euros e tantos incómodos trazem aos clubes e ao desenvolvimento do desporto no concelho, foi incúria de quem? Qual é o vosso problema de me enviarem todo o processo e as cópias dos mail’s de alerta? Vou ter que me queixar para obter algo a que tenho direito em virtude do exercício das minhas funções de vereadora? É aos munícipes que desrespeitam por este estilo de governação! Nós, vereadores da oposição, até representamos a maioria dos munícipes! Respeitem essa maioria!

Como é possível este clima de constante crispação com todos? Vereadores, dirigentes desportivos, dirigentes associativos... Todos eles continuam a ver a autarquia como alguém que só acrescenta dificuldades! Não há empenho na procura de soluções! Veja-se os casos do Judo do Muai Thay da SIR 1º de Maio... Para todos estes casos, e outros, só com o empenho da oposição foi possível deferir as respectivas pretensões. Porque da vossa parte, todos eles levariam um NÃO! E no caso da SIR mesmo após a srª Presidente ter prometido pessoalmente o apoio... Que depois, muito constrangida, é certo, teve que lhes negar colocando em causa o normal funcionamento do clube... Só com a veemente intervenção da CDU, na procura de solução, foi possível inverter esse caminho! E hoje os Picassinenses e todo o Concelho podem ver continuar um clube que, tal como outros, nos presta um enorme serviço público! E este foi só um exemplo dos muitos que poderíamos dar...

COMO É POSSÍVEL????

Neste Concelho, nesta autarquia, está tudo pendurado por arames!

E nunca avançará, pois a Srª Presidente e os seus vereadores acreditam que tudo corre bem, que são os maiores, que não precisam de ninguém, é o “quero posso e mando”!

COMO É POSSÍVEL????

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira cumprimentou todos os presentes na sala e os que estão em casa, e referiu o seguinte:

- Já marcou a falta pela ausência da Sr.ª Presidente nesta reunião.

A PoolNet tem um programa feito há muito tempo, e onde diz que a abertura da sessão solene é às 14:15 horas. É associado do CENTIMFE, e como tal poderia estar na cerimónia, mas como eleito tem responsabilidades e não foi e veio à reunião de Câmara. A Sr.^a Presidente pode faltar, mas não deve, por isso lamenta a ausência.

Sobre as intervenções dos munícipes disse o seguinte:

- Agradeceu a intervenção do Sr. João Sousa e disponibilizou o tempo dos elementos do MpM.
- Sr. João Mendes e ACM – gosta de o ver aqui, mas não para falar do mesmo. Vem, porque está apoquentado. Se o ACM tem direito a usar os campos então que lhe seja concedido. Não vale a pena argumentar, há que resolver.
Foi dito que o pavilhão n.º 3 da FAE está dedicado ao desporto, o n.º 1 é utilizado regularmente pela patinagem, o n.º 2, utilizado para a FAG, está vazio, e foi dito ao ACM que não havia um espaço.
A Sr.^a Vereadora também referiu que não há um regulamento para a cedência dos relvados naturais. Então quais têm sido os critérios utilizados?
- Pinhal é Nosso – é uma questão que a todos incomoda, e se mandasse não quereria este Presidente do ICNF.
- Comissão Científica – há uns meses realizou um evento na Resinagem, onde esteve presente, e aí foi dito que até final de setembro ia ser elaborada uma proposta de requalificação do Pinhal do Rei, mas ainda não viu nada. A Sr.^a Presidente deveria dar uma resposta, até pela excelente relação que tem com os membros do Governo e do ICNF. Sente-se triste com a situação.

Tendo em conta que o Sr. Vereador enviou a sua intervenção, passa-se a reproduzir o conteúdo da mesma:

“FELICITAÇÕES (RECONHECIMENTO PÚBLICO DE MÉRITO)

1.1 Felicitar o marinhense Nuno Saraiva pela participação no Campeonato do mundo de judo, que se realizou em Baku, no Azerbaijão. Começou por vencer o campeão olímpico, e perdeu no segundo combate.

1.2 Felicitar o piloto marinhense Rafael Cardeira por se ter sagrado campeão nacional de rallies na classe RC5, pela terceira vez. Conta como navegador o marinhense André Couceiro, naturalmente também felicitamos.

1.3 Felicitar a equipa de hóquei em patins do SCM pela vitória no Torneio Eurocidade Valença/Tui, ao bate na final o SL Benfica nas grandes penalidades.

1.4 Felicitar o atleta David Pereira, do Clube de Atletismo da Marinha Grande por ter sido convocado pela Federação Portuguesa de Atletismo para um Estágio Nacional a realizar no Estádio do Jamor.

2. MUNICÍPES

É nosso dever questionar sobre problemas que os munícipes nos dão conhecimento. São eles a razão de eu estar aqui. Têm sido muitos os que me abordam (e cada vez mais) e por isso gostaria que me informassem, para lhes dar conhecimento.

2.1.A empresa Sevlaires questionou a Câmara em 12 de setembro sobre o enchimento dum tanque com água que serve as suas empresas mas também disponibiliza água para ataque aos incêndios, em caso de necessidade.

Insistiu várias vezes com a Câmara sem qualquer resposta. Até que, na passada quinta-feira tivemos a explicação, algo verdadeiramente surreal: os mails da Sevlaires tinham ido para spam!!!

É inacreditável que tenha acontecido tal situação e como é possível que o mail que um munícipe ou uma empresa envia para a câmara, vá parar a spam e ninguém toma atenção???

Nesta saga da câmara não responder aos munícipes, nem aos vereadores não executivos, era só que o nos faltava é que o argumento seja: foi para a SPAM.

Esta empresa coloca dois assuntos, os quais gostaríamos que a Sra Presidente comentasse:

- a) *A empresa foi obrigada a fazer um tanque para em caso de incêndio os bombeiros utilizarem essa água e não as bocas de incêndio.*

Para encher o tanque a empresa vai utilizar a água da empresa, não para consumo próprio, mas para ficar armazenada no tanque, para o caso de incêndio. A empresa está disponível para assumir os custos da água, mas pede à câmara que fosse isenta do pagamento de saneamento e resíduos sólidos que vêm incorporadas na fatura. Relembro que esta situação foi já assumida por presidente de câmara noutra ocasião. Qual a razão para ter sido feita para uma outra empresa e não para esta?

- b) *O Processo de Licenciamento Industrial da empresa, transitou em maio/2017 do IAPMEI para Câmara Municipal da Marinha Grande.*

A empresa não tem nenhum documento que comprove isto. Relembro que em auditorias a ausência de licenciamento industrial é motivo duma não conformidade.

Gostaríamos de saber o que se passa.

3. ASSUNTOS DIVERSOS

3.1. Escolas, de novo:

Gostaríamos de saber o ponto de situação das escolas do Pilado e JI das Trutas.

Tivemos conhecimento que noutras escolas há falta de manutenção dos equipamentos de recreio, a areia que estão nestes espaços de recreio está imprópria, como exemplo a Escola do Casal do Malta. O que se passa?

Percebemos também que existe algum desagrado com a forma em que estão escritos alguma informação, nas cartas vindas da câmara, em nome da Sra Vereadora.

Tem conhecimento do que se passa?

3.2. *A Comissão científica devia ter apresentado até final de setembro a proposta de requalificação do Pinhal do Rei. Hoje, 1 de outubro, questiono a Sra Presidente, dada a excelente relação que tem com o Governo e o ICNF, o que se passa com a nossa mata, para não haver solução, passado um ano."*

Na sequência da abordagem do pedido efetuado pela empresa Sevlaires, a **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** referiu que não recebeu a resposta porque o seu e-mail estava errado, tendo requerido saber quem foi o responsável pela decisão que foi comunicada à empresa, relativamente ao pedido de informação sobre o pagamento de taxas pelo abastecimento do seu tanque de água.

Seguidamente o Sr. Vice-Presidente deu a palavra à Sr.ª Vereadora Célia Guerra, que respondeu o seguinte:

- Relativamente às questões colocadas pela Sr.ª Vereadora Lara Lino, informou que o feedback que tem é que as atividades estão a correr bem. Quem recebe as crianças às 8 horas são as funcionárias.

- Em relação às refeições escolares disse que já tem o quadro com os valores, é de 7 de setembro, não enviou na altura mas vai enviar agora para todos os Srs. Vereadores, adiantando desde já que o município não tem lucro.
- Vínculos precários – dos 50, 33 foram para a educação, e desses, 4 não aceitaram, e recorreu-se à reserva. Dos 33 houve 4 pessoas que apresentaram atestado médico logo na semana seguinte, por isso dos 29 colocados 4 estão de baixa.
- Relvados sintéticos – recebeu agora o relatório da empresa de manutenção, que vai reencaminhar para o ACM. Não esteve na reunião realizada com a anterior empresa, a atual e os técnicos da autarquia.
- Sala para o ACM – foi disponibilizada a sala que estava destinada aos veteranos do ACM, e depois ficou de se ver a sala da rádio, que não é utilizada há muito tempo e de onde está a ser retirado todo o seu equipamento.
- Pavilhões do PME – referiu que o pavilhão 3 é utilizado pelo SOM, o pavilhão 1 é todo utilizado pela patinagem e o pavilhão 2 tem a calendarização que elencou. Também não há horas livres no Pavilhão Nery Capucho. Não se trata de má vontade, tanto mais que se colocou a possibilidade de pedir à Escola Guilherme Stephens.
- Relvado sintético – a utilização é definida em reunião com todos os clubes.
- Comunicações – vai averiguar. Se a comunicação for por ofício lê e assina, se for por e-mail não sabe, mas vai ver.
- Licenciatura via ensino – este critério foi abolido, porque se sabe que agora as pessoas para o terem terão que fazer o mestrado.
- Desfibrilhação – vão ser adquiridos 2 aparelhos para o Estádio, com a formação incluída, mas há mais em curso, conforme informou o Sr. Vice-Presidente.
- Casal Galego – a Sr.^a Vereadora informou que já reuniu com a coletividade, que já enviou pedidos de apoio logístico. O apoio financeiro virá na próxima reunião, porque já entregaram a adenda à candidatura.

Seguidamente o Sr. Vice-Presidente respondeu o seguinte:

- Escola do Pilado – em resposta à Sr.^a Vereadora Lara Lino informou que a DOT está a preparar o relatório dos pontos a corrigir, que agora são mais. A anterior empresa vai ser responsabilizada.
- Semáforos na Av.^a José Gregório – em resposta ao Sr. Vereador Humberto Dias referiu que não sabia da situação, pelo que vai ver com os serviços. Aproveitou para informar que vai ser feita uma intervenção nos semáforos junto ao estabelecimento “Papadoc”, com a colocação de semáforos para peões, que não existem.
- Árvores - anunciou que vai ser lançado o procedimento para a poda de cerca de 70 árvores em todo o concelho.
- Casa Mortuária – a informação que tem é que a instalação da climatização estaria feita no edifício logo de raiz, mas os técnicos foram lá e não tem, pelo que já foi feito o levantamento e vai ser feita, assim como a instalação dos equipamentos. Neste momento não tem prazo nem custo para poder informar.
- Água em Picassinos – em resposta à Sr.^a Vereadora Alexandra Dengucho referiu que recebeu o e-mail hoje, ainda não percebeu o que se passou, se será uma precipitação de manganês, que por oxidação fica visível, porque na realidade ele está lá só que não se vê.
- Cães – voltaram, e o plano para captura e a verba que está em orçamento mantêm-se e vai-se pôr em marcha o processo.

- TUMG – também concorda com a presença da Administradora aqui na reunião, pelo que propôs chamá-la após o intervalo.
- Desfibrilhação – entende que é importante criar uma rede de desfibriladores, e concluiu-se que para cobrir todo o concelho seriam necessários 44 aparelhos, que comprados em conjunto ficam mais baratos, assim como a formação e a sua manutenção, que é obrigatória ser mensal. Esteve a ver esta questão com o Sr. João Granja e gostava de criar esta rede. É um grande investimento, pelo que vai estruturar esta proposta, apresentá-la à Sr.ª Presidente e ver se será possível encaixar no orçamento.
- Monumento em Vieira de Leiria – pensa que ainda está para parecer da Junta de Freguesia. Se já veio ainda não teve conhecimento.
- Santos Barosa – a empresa adquiriu os terrenos junto à Estrada do Guilherme e brevemente estará aqui o projeto para o seu parque de armazenamento e estacionamento. Pensa que assim a questão do trânsito ficará resolvida.
- Aeroporto de Monte Real – o assunto foi falado numa reunião em que esteve na semana passada e onde estava o Ministro das Infraestruturas, que disse que a haver uma infraestrutura aeroportuária na região centro seria em Monte Real. Já foi criada uma comissão para o efeito, a nível do Governo, e as Câmaras Municipais entrarão depois.
- Escola do Pilado – já foi respondida.
- Escola das Trutas – está pronta, com exceção da substituição das areias, para o que já foi lançado o concurso.
- Listagem dos projetos – dado que foi apresentado um requerimento será respondido por escrito.
- Sevlaires – vai ver a questão do tanque de água.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Terminado o período de antes da ordem do dia, o **Sr. Vice-Presidente** interrompeu a reunião, para um breve intervalo, das 17:05 horas às 17:30 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Retomada a reunião, foi a mesma presidida pela **Sr.ª Presidente**, que já tinha regressado da OPEN.

Antes de entrar na ordem do dia, e tal como tinha ficado estabelecido, esteve presente a **Dr.ª Fátima Cardoso, Administradora da TUMG**, que veio prestar os esclarecimentos solicitados pela Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho relativamente ao episódio ocorrido na Escola da Ordem com o transporte das crianças.

Referiu que no dia 25 de setembro a PSP foi chamada ao Jardim de Infância da Ordem, por dois elementos da Associação de Pais, que alegavam que as crianças não estavam a ser transportadas em segurança. Explicou pormenorizadamente o que estava em causa em relação às normas regulamentares em vigor sobre o tipo de cadeirinha a adotar, e respondeu às questões colocadas pela Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho.

ORDEM DO DIA

CÂMARA

1. Aprovação da ata n.º 31, da reunião ordinária do dia 17 de setembro de 2018

890 - Presente a ata n.º 31, da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 17 de setembro de 2018, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Humberto Dias, por não ter estado presente na reunião.

2. Apoio Financeiro à Associação “PoolNet – Portuguese Tooling & Plastics Network” no âmbito da realização da “XI Semana de Moldes 2018”

891 - Presente a informação nº I/2394/2018 de 18 de setembro de 2018, da DCD, Área de Relações Externas e Cooperação, que aqui se dá por integralmente reproduzida e que fica anexa à ata, na sequência do pedido de apoio financeiro da Associação “PoolNet – Portuguese Tooling & Plastics Network” no âmbito da realização da “Semana de Moldes 2018”, cuja organização resulta da parceria entre esta Associação, a CEFAMOL – Associação Nacional da Indústria Moldes, o CENTIMFE – Centro Tecnológico da Indústria de Moldes, Ferramentas Especiais e Plásticos.

“Semana de Moldes – Moulds Event 2018»

A XI Edição da “Semana de Moldes”, que deverá decorrer entre 1 e 4 de outubro próximo, é realizada em simultâneo, na Marinha Grande e Oliveira de Azeméis, aguardando-se com grande expectativa a presença de centenas de participantes portugueses e de diferentes regiões do mundo, nomeadamente, do Extremo Oriente, Estados Unidos e Europa

As principais atividades das “Semanas de Moldes” têm lugar na Marinha Grande, enquanto principal polo industrial do País ligado às indústrias de moldes e de plásticos e, por força dessa condição, onde se encontram sediadas as diversas entidades associativas de representação empresarial, profissional e de investigação, relacionadas com estas atividades.

A “Semana de Moldes”, sendo uma organização conjunta da CEFAMOL – Associação Nacional da Indústria Moldes, do CENTIMFE – Centro Tecnológico da Indústria de Moldes, Ferramentas Especiais e Plásticos e da Associação POOL-NET – Portuguese Tooling & Plastics Network, conta com o apoio ativo do Município da Marinha Grande, e procura promover, fundamentalmente, o “Cluster” português de “Engineering & Tooling From Portugal”, estimulando a discussão das tendências tecnológicas e de mercado que virão a condicionar a atividade industrial, em particular, as indústrias de moldes e plásticos, em termos mundiais.

Acresce a este aspeto, o desejo de sublinhar a relevância e excelência crescentes da Indústria Portuguesa de Moldes nos mercados internacionais enquanto percursora e dinamizadora do conceito recente denominado de “Indústria 4.0”.

No âmbito desta “Semana” destacam-se como principais atividades:

- As **Conferências “RPD - Rapid Product Development”** e **Workshops temáticos** que visam apresentar as principais inovações introduzidas na indústria, numa perspectiva de futuro;
- O **Brokerage Event**, que visa promover reuniões bilaterais para o desenvolvimento de redes e projetos internacionais;
- A **Conferência “Moldes Portugal”**, que assinala sempre o encerramento formal do evento, permitindo refletir estrategicamente sobre os caminhos que vão ser percorridos pela indústria e pela economia mundial num futuro próximo.
- **Eventos Sociais e Culturais** que pretendem promover o Turismo e a Cultura, dando a conhecer a Empresários, Investigadores, Académicos e outros participantes na Semana dos Moldes as riquezas materiais e imateriais do Território.

Importa sublinhar, ainda, as possibilidades que se abrem com a realização da “Semana de Moldes”, sendo estas largamente potenciadas, sempre que cada edição chega ao fim, numa perspectiva de atratividade e valorização do território, o que reforça a importância decisiva da participação do Município nesta rede de cooperação de enorme dinamismo e criatividade, cabendo-lhe assumir, no âmbito da sua esfera de competências de promoção da diplomacia económica local e em conjunto com os diversos agentes de desenvolvimento, o seu papel na consolidação e reforço do prestígio de que a Marinha Grande goza nos mercados mundiais.

A Câmara Municipal apreciou a informação supra referida e, reconhecendo a relevância internacional da “Semana de Moldes”, enquanto instrumento da maior relevância na promoção internacional da Indústria de Moldes portuguesa, no âmbito do Cluster “Engineering & Tooling from Portugal” mas, também do território que lhe dá suporte e significado institucional, no caso concreto, a Marinha Grande, e tendo em conta que este evento tem vindo a adquirir, ano após ano, um prestígio e importância internacional crescentes, enquanto fonte de conhecimento e de estímulo ao reforço de uma identidade muito associada à inovação tecnológica e à excelência criativa que caracteriza os empresários e empreendedores da Marinha Grande, delibera conceder um apoio financeiro no valor de 10.000€ (dez mil euros), à Associação PoolNet – Portuguese Tooling & Plastics Network”, no âmbito da sua participação na organização da “XI Semana de Moldes”, *prevista na ação do plano de atividades municipal 2018/A/197, ao abrigo da atribuição conferida pelo artº 23º, nº 2, alínea m) e da competência conferida pelo art.º 33º n.º 1 alínea ff) da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual.*

A entidade beneficiária deverá ainda evidenciar a realização/concretização inequívoca do objeto do apoio financeiro e apresentar relatório de receitas e despesas que incluam esse mesmo objeto, até 31 de novembro de 2018, sujeito a validação técnica e submetido superiormente pelo Técnico Superior Luís Barreiros Oliveira.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

3. Projeto de Resolução - Necessidade de revisão do rácio de auxiliares de ação educativa na Escola Pública

Presente e-mail enviado pelo Grupo Parlamentar “Os Verdes”, datado de 18/09/2018, com o registo E/8535/2018, que dá conhecimento que os deputados deste Grupo Parlamentar, Heloísa Apolónia e José Luís Ferreira, apresentaram na Assembleia da República um Projeto de Resolução que recomenda ao Governo a “**Necessidade de revisão do rácio de auxiliares de ação educativa na Escola Pública**”.

A Câmara tomou conhecimento.

4. Mensagem de solidariedade – Agradecimento do Município de Portimão

Presente ofício enviado pelo Município de Portimão, datado de 19/09/2018, de agradecimento pela solidariedade manifestada pelo Município da Marinha Grande, no seguimento do recente incêndio de Monchique.

A Câmara tomou conhecimento.

FINANÇAS, CONTABILIDADE E PATRIMÓNIO

5. Resumo de Tesouraria do dia 25 de setembro de 2018

Presente o resumo da Tesouraria Municipal referente ao dia vinte e cinco de setembro de dois mil e dezoito, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica “**Total de Disponibilidades**”: **15.126.702,23€** (quinze milhões, cento e vinte e seis mil, setecentos e dois euros e vinte e três cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

6. P.A. N.º 85/2018-AP/DISU – “Serviços de vigilância dos estaleiros municipais” - Ratificação do despacho n.º 422/CF/DFTI/2018 de 26 de setembro

892 - Presente o despacho n.º 422/CF/DFTI/2018, datado de 26 de setembro, da Presidente da Câmara Municipal, que se transcreve na íntegra:

*“Considerando que em reunião camarária de 17 de Setembro de 2018, foi deliberada a adjudicação dos “**Serviços de vigilância dos estaleiros municipais**”, para o período de **36 meses**, à proposta apresentada pelo concorrente 365 SEGURANÇA PRIVADA, LDA, pelo valor global de 172.659,60€ (cento e setenta e dois mil seiscentos e cinquenta e nove euros e sessenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.*

Considerando que a 18 de setembro de 2018 se procedeu à notificação da adjudicação e que o adjudicatário foi notificado para proceder à apresentação dos documentos de habilitação identificados no art.º 16º do Programa de Procedimento, até às 23h00 do dia 21 de setembro.

Considerando que até ao termo do prazo o adjudicatário não procedeu à entrega dos documentos de habilitação.

Considerando que a 24 de setembro de 2018 o adjudicatário foi notificado via plataforma da Vortal, para esclarecer até às 17h00 do mesmo dia o motivo pelo qual não tinha submetido os documentos de habilitação no prazo definido no programa de procedimento.

Considerando que no dia 24 de setembro de 2018, pelas 16h04, o adjudicatário procedeu à entrega dos documentos de habilitação. Após a análise da documentação entregue, se procedeu a nova notificação para que o adjudicatário se pronunciasse sobre o teor da certidão de não dívida à Autoridade Tributária e Aduaneira apresentada, considerando que o código de validação não permitia atestar a veracidade da informação prestada, tendo sido concedido como limite de prazo as 11 horas do dia de 25 de setembro de 2018.

Considerando que o adjudicatário não se pronunciou sobre o exposto e que é intenção da entidade adjudicante proceder à declaração de caducidade da adjudicação, nos termos do n.º 2 do artigo 86º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na redação dada pelo Decreto-lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto.

Considerando que o contrato de “Serviços de vigilância dos estaleiros municipais” em vigor termina a 30 de setembro e que o órgão competente para a declaração da intenção de caducidade da adjudicação é a Câmara Municipal da Marinha Grande.

Considerando que nos termos do n.º 2 do artigo 41.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, as reuniões extraordinárias têm de ser convocadas com, pelo menos, dois dias de antecedência e que não é possível na presente data proceder ao seu agendamento pois tem de ser garantida a continuidade da prestação de serviços a 1 de outubro, sendo necessário notificar a intenção de declaração de caducidade da adjudicação do P.A. n.º 85/2018-AP/DISU com caráter de urgência.

Considerando que é legalmente admissível a emissão do presente despacho, que deve ser ratificado na próxima reunião da Câmara Municipal, de acordo com o artigo 35.º, n.º 3, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

Assim, nos termos do artigo 86º, n.º 1, alínea a) e n.º 2 do mesmo artigo, ambos do Código dos Contratos Públicos, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal e em representação do Município da Marinha Grande, no exercício de competência prevista no artigo 35º n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, determino que seja concedida audiência prévia ao adjudicatário 365 SEGURANÇA PRIVADA, LDA, para no prazo de dois dias se pronunciar, por escrito, sobre a intenção de declaração de caducidade da adjudicação dos “Serviços de vigilância dos estaleiros municipais”, para o período de 36 meses, no âmbito do processo de aquisição n.º 85/2018 – AP/DISU, com o valor global de 172.659,60€ (cento e setenta e dois mil seiscentos e cinquenta e nove euros e sessenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.”

A Câmara Municipal delibera, de acordo com o artigo 35º n.º 3, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual, ratificar o despacho n.º 422/CF/DFTI/2018 de 26 de setembro da Sr.ª Presidente da Câmara Municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

7. 23.^a Modificação aos Documentos Previsionais de 2018

893 - Presente proposta da 23.^a Modificação aos Documentos Previsionais de 2018, acompanhada de mapa justificativo, constituída pelas seguintes alterações:

20.^a Alteração ao Orçamento da Despesa para 2018 no valor de 7.500,00 euros nos reforços e de 7.500,00 euros nas anulações.

18.^a Alteração ao Plano de Atividades Municipais para 2018 no valor de 7.500,00 euros nos reforços e de 7.500,00 euros nas anulações.

Considerando que de acordo com o ponto 8.3.1. do POCAL aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, “ (...) o orçamento pode ser objecto de revisões e de alterações (...)”, sendo que: “ (...) As alterações podem incluir reforços de dotações de despesas resultantes da diminuição ou anulação de outras dotações (...)”, mantendo-se o valor global do orçamento, **a Câmara Municipal depois de analisar a proposta apresentada, delibera aprovar a 23.^a Modificação aos Documentos Previsionais de 2018, nos termos da alínea d), do nº 1, do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

8. P.A. N.º 93/2018-AP/DCD – “Confeção e fornecimento de alimentação escolar, fornecimento de lanches e transporte de refeições, para o período de janeiro a julho de 2019” - Abertura de procedimento de contratação pública.

894 - Presente a informação I/2251/2018 e a requisição interna n.º 25376/2018, dos serviços da DCD - Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, nas quais se manifesta a necessidade de se proceder à contratação da “*Confeção e fornecimento de alimentação escolar, fornecimento de lanches e transporte de refeições, para o período de janeiro a julho de 2019*”.

Presente o Programa de Procedimento e o Caderno de Encargos – Cláusulas Jurídicas, Cláusulas Técnicas, Anexos e minuta do anúncio.

Considerando que o preço base a aplicar ao procedimento de contratação pública é de 217.120,46 euros, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução do objeto do contrato a celebrar e que o procedimento a adotar é o concurso público com publicidade internacional, nos termos dos artigos 16.º, n.º 1, alínea c) e artigo 20.º, n.º1, alínea a), para os efeitos do disposto no artigo 38.º, todos do Código dos Contratos Públicos.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2018 a dotação para a assunção de despesa, no ano de 2019 para a contratação da “*Confeção e fornecimento de alimentação escolar, fornecimento de lanches e transporte de refeições, para o período de janeiro a julho de 2019*”, nas classificações orgânica/económica 06/020105 e 06/020220, ações do PAM 2016/A/67, 2016/A/76 e 2015/A/101.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais, e que a Assembleia

Municipal, na sua sessão 28/09/2018, deliberou conceder autorização prévia favorável para a assunção de compromissos plurianuais relativos à *“Confeção e fornecimento de alimentação escolar, fornecimento de lanches e transporte de refeições, para o período de janeiro a julho de 2019”*, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, conforme documento anexo ao processo.

Considerando que por despacho da Sr.ª Presidente da Câmara Municipal, foi emitido parecer prévio favorável à contratação da *“Confeção e fornecimento de alimentação escolar, fornecimento de lanches e transporte de refeições, para o período de janeiro a julho de 2019”* de acordo com os n.ºs 6 e 7 do artigo 61.º, da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro.

Assim, a Câmara Municipal, considerando a proposta do serviço da DCD – Divisão de Cidadania e Desenvolvimento e concordando com a proposta do mesmo, que se dá por reproduzida e que fica anexa à presente deliberação, de acordo com os artigos 16.º, n.º 1, alínea c), 20.º, n.º 1, alínea a), 36.º, n.º 1, 38.º, 40.º, n.º 2 e 67.º, n.º 1, todos do Código dos Contratos Públicos, com o artigo 18º, n.º 1, alínea b) e o artigo 22º, ambos do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho e com o disposto nas alíneas f) e dd) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, delibera:

- a) Tomar a decisão de contratar, com vista à satisfação das necessidades identificadas;
- b) Adoptar o procedimento de concurso público com publicidade internacional;
- c) Autorizar a despesa inerente ao contrato a celebrar;
- d) Aprovar o Programa do Procedimento e o Caderno de Encargos – Cláusulas Jurídicas, Cláusulas Técnicas, Anexos e a Minuta do Anúncio;
- e) Determinar que a adjudicação seja por lotes de forma parcial e/ou parcelar, nos termos do art.º 46.º-A, n.º 1 do CCP o que o critério de adjudicação utilizado seja o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade de avaliação do preço mais baixo, de acordo com o artigo 74.º, n.º 1, alínea b), do CCP;
- f) Designar o júri para conduzir o procedimento, com a seguinte composição:
 - Alexandra Gonçalves, Presidente;
 - Maria José Andrade, Vogal;
 - Nuno Silva, Vogal;
 - Ana Cristina Simões, Vogal Suplente;
 - Paula Maia, Vogal Suplente.
- g) Designar como gestora do contrato, nos termos do artigo 290.º-A do CCP, a trabalhadora Alexandra Gonçalves, a qual será substituída nas suas faltas ou impedimentos pela trabalhadora Maria José Andrade.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

9. P.A. N.º 95/2018-AP/DISU – “Aquisição de 8 viaturas ligeiras de mercadorias elétricas” - Adjudicação

895 - Presente o processo de aquisição nº 95/2018 – AP/DISU, realizado de acordo com deliberação camarária de 10 de Setembro de 2018, no qual é proposta a adjudicação da “Aquisição de 8 viaturas ligeiras de mercadorias elétricas” à proposta apresentada pelo concorrente Ambienti D’Interni, Unipessoal, Lda, NIPC 508 369 444, pelo valor global de 207.144,00€ (duzentos e sete mil cento e quarenta e quatro euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Depois de examinado o processo de aquisição n.º 95/2018-AP/DISU - “Aquisição de 8 viaturas ligeiras de mercadorias elétricas”, a Câmara Municipal, concordando com as conclusões do relatório de final, delibera, nos termos dos artigos 73.º, n.º 1 e 148º, n.º 4, ambos do Código dos Contratos Públicos e de acordo com o artigo 33º, n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e com o artigo 18º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de Junho, aprovar a proposta constante do relatório final e consequentemente deliberar a adjudicação do P.A. N.º 95/2018-AP/DISU - “Aquisição de 8 viaturas ligeiras de mercadorias elétricas” à proposta apresentada pelo concorrente Ambienti D’Interni, Unipessoal, Lda, NIPC 508 369 444, pelo valor global de 207.144,00€ (duzentos e sete mil cento e quarenta e quatro euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Mais delibera que o adjudicatário seja notificado para apresentar os documentos de habilitação e para proceder à prestação da caução no valor de 10.357,20 euros, correspondente a 5% do preço contratual, nos termos do disposto no artigo 16.º do programa de procedimento

Delibera-se ainda a aprovação da minuta do contrato, em anexo, de acordo com o artigo 98.º, nº1, do Código dos Contratos Públicos e designa-se como gestora do contrato, nos termos do artigo 290.º-A do CCP, a trabalhadora Luciana Esteves, a qual será substituída nas suas faltas ou impedimentos pelo trabalhador Alexandre Silva.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

10. Celebração de escritura de justificação de imóveis propriedade do Município da Marinha Grande

896 - Presente informação da Área de Património nº I/2441/2018 de 21/09/2018, propondo a celebração de escritura de justificação que permita o registo na Conservatória do Registo Predial, de 6 imóveis propriedade da autarquia.

A Câmara Municipal após a análise da presente proposta e concordando com os fundamentos expostos na mesma, em cumprimento do disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera aprovar a celebração da escritura de justificação, dos imóveis identificados na referida informação.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

TAXAS, PREÇOS E IMPOSTOS

11. Isenção do pagamento de taxas

897 - A Sra. Presidente da Câmara apresentou a seguinte proposta de deliberação:

A **Sociedade de Beneficência e Recreio 1º de janeiro**, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Utilização das vias públicas para realização de atividades desportivas, festivas ou outras para realização de evento BTT da Ordem no dia 04-11-2018 no dia 29 de setembro de 2018;
- Licença especial de ruído;
- Publicidade alusiva ao evento.

A **Fábrica da Igreja Paroquial da Marinha Grande**, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento das taxas municipais, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para a festa da padroeira a realizar nos dias 12, 13 e 14 de outubro de 2018;
- Licença de instalação e funcionamento de recintos improvisados;
- Autorização para utilização das vias públicas para realização de atividades desportivas, festivas ou outras;
- Publicidade alusiva ao evento.

Presente as informações nºs 67/AF e 68/AF de 26 de setembro de 2018, fundamentadas de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea a) e b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as Juntas de Freguesia, as associações de bombeiros, as fundações, as associações culturais, desportivas e recreativas legalmente constituídas, fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais e encarregados de educação legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea a) e b) do nº 3 e n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera, relativamente à atividade identificada, isentar a Sociedade de Beneficência e Recreio 1º de janeiro e a Fábrica da Igreja Paroquial da Marinha Grande do pagamento das taxas devidas pela emissão da autorização para utilização das vias públicas para realização de atividades desportivas, festivas ou outras, das licenças de ruído, da licença de instalação e funcionamento de recinto improvisado e das licenças de publicidade

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

12. Isenção de taxas de ingresso na Casa-Museu Afonso Lopes Vieira – APPACDM Marinha Grande - Ratificação de Despacho

898 - Presente o pedido de isenção de taxas de ingresso na Casa-Museu Afonso Lopes Vieira remetido pela APPACDM Marinha Grande, com o registo n.º E/8312/2018, datado de 12 de setembro de 2018. A visita será realizada por um grupo de utentes daquela associação, no total de 20 utentes e 4 técnicos acompanhantes, e encontra-se agendada para o dia 20 de setembro de 2018;

Considerando que:

- Que a alínea c), do n.º 3, do artigo 14.º, do regulamento e tabela de taxas e licenças do Município da Marinha Grande define que ficam isentos do pagamento de taxas previstas no regulamento e respetiva tabela *“as pessoas coletivas de utilidade pública e solidariedade social, relativamente aos actos, factos ou atividades que visem exclusivamente a*

prossecução dos seus fins estatutários, desde que beneficiem de isenção ou redução de IRC (...) e cuja sede se situe no concelho da Marinha Grande". Definem ainda as alíneas a) e b), do n.º 5, que as isenções previstas na alínea c) do n.º 3 no artigo 14.º carecem de formalização de pedido fundamentado e acompanhado, designadamente de fotocópia simples de documento comprovativo da natureza jurídica das entidades e da sua finalidade estatutária e ainda de comprovativo da isenção ou redução de IRC;

- Que em anexo se encontra cópia dos estatutos da associação, publicados pela Direção Regional da Segurança Social a 07 de julho de 2017, na qual se pode confirmar nos artigos 1.º e 2.º que a entidade é uma associação sem fins lucrativos e uma instituição particular de solidariedade social;

- Que nos estatutos em anexo se pode confirmar na alínea IX. do artigo 5.º que a associação tem por objeto *"promover a nível nacional e internacional, atividades culturais, formativas, recreativas, desportivas, de lazer e ocupação dos tempos livres para o Cidadão com Deficiência Intelectual"*;

- Que em anexo se encontra comprovativo da isenção de IRC da APPACDM, publicado em Diário da República de 23 de março de 1990;

- Que a associação tem sede no concelho;

- Que com os documentos em anexo está comprovada a natureza jurídica e a finalidade da APPACDM da Marinha Grande;

- Considerando ainda que a Sra. Presidente, ao abrigo do artigo 35.º, n.º 3, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, em conjugação com alínea c), do n.º 3, do artigo 14.º, do regulamento e tabela de taxas e licenças do Município da Marinha Grande, autorizou o pedido nos termos propostos, uma vez que:

- Não foi possível reunir extraordinariamente a Câmara Municipal por impossibilidade temporal e logística;

- A isenção estava prevista na alínea c), do n.º 3 do artigo 14.º, do regulamento e tabela de taxas e licenças do Município da Marinha Grande;

- O requerente formalizou o pedido com documento que comprova a sua natureza jurídica e finalidade, tal como definido nas alíneas a) e b), do n.º 5, do regulamento e tabela de taxas e licenças do Município da Marinha Grande;

A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera ratificar o despacho n.º 405/2018 da Sra. Presidente que isenta a APPACDM Marinha Grande do pagamento de taxas de ingresso na Casa-Museu Afonso Lopes Vieira no dia 20 de setembro de 2018, para um total de vinte utentes e quatro técnicos acompanhantes, conforme previsto no citado artigo 35.º, n.º 3, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

13. Isenção de taxas de ingresso no Museu do Vidro – Sociedade de Instrução e Recreio 1.º de Maio – Ratificação de Despacho

899 - Presente o pedido de isenção de taxas de ingresso no Museu do Vidro remetido pela Sociedade Instrução e Recreio 1.º de Maio, com o registo n.º E/8489/2018, datado de 18 de setembro de 2018. A visita integra-se no 40.º Encontro de Folclore, no total de cerca de 50 pessoas, e encontra-se agendada para o dia 22 de setembro de 2018.

Considerando que:

- Que a alínea b), do n.º 3, do artigo 14.º, do regulamento e tabela de taxas e licenças do Município da Marinha Grande define que ficam isentas do pagamento de taxas previstas no regulamento e respetiva tabela *"(...) as associações culturais, desportivas ou recreativas legalmente constituídas se sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, relativamente aos atos, factos ou atividades que se destinem diretamente à prossecução dos seus fins estatutários."*;

- Que define ainda a alínea a), do n.º 5, que as isenções previstas no artigo 14.º carecem de formalização de pedido fundamentado e acompanhado, designadamente de fotocópia simples de documento comprovativo da natureza jurídica das entidades e da sua finalidade estatutária;

- Que em anexo encontram-se os estatutos da associação, aprovados a 10 de maio de 1996, e nos quais se pode ler no artigo 3.º *"A SIR 1.º de Maio é uma associação sem fins lucrativos (...)";* no n.º 1 do artigo 4.º pode ler-se *"A SIR 1.º de Maio tem como objetivos prioritários a promoção, defesa e valorização dos seus associados (...)";* e por fim pode ler-se no n.º 2 do artigo 4.º *"Para prossecução destes objetivos, a SIR 1.º de Maio realizará e apoiará iniciativas, entre outras, nas áreas cultural, recreativa, social e desportiva, (...)";*

- Que a associação tem sede no concelho;

- Que com o documento em anexo está comprovada a natureza jurídica e a finalidade da Sociedade Instrução e Recreio 1.º de Maio.

- Considerando ainda que a Sra. Presidente, ao abrigo do artigo 35.º, n.º 3, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, em conjugação com alínea b), do n.º 3, do artigo 14.º, do regulamento e tabela de taxas e licenças do Município da Marinha Grande, autorizou o pedido nos termos propostos, uma vez que:

- Não foi possível reunir extraordinariamente a Câmara Municipal por impossibilidade temporal e logística;

- A isenção estava prevista na alínea b), do n.º 3 do artigo 14.º, do regulamento e tabela de taxas e licenças do Município da Marinha Grande;

- O requerente formalizou o pedido com documento que comprova a sua natureza jurídica e finalidade, tal como definido na alínea a), do n.º 5, do regulamento e tabela de taxas e licenças do Município da Marinha Grande;

A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera ratificar o despacho n.º 410/2018 da Sra. Presidente que isenta a Sociedade de Instrução e Recreio 1.º de Maio do pagamento de taxas de ingresso no Museu do Vidro no dia 22 de setembro de 2018, para um total de cerca de cinquenta pessoas, conforme previsto no citado artigo 35.º, n.º 3, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

OBRAS PÚBLICAS

14. Requalificação da rua e travessa do Mirante - Concurso público n.º 17/2018 - Retificação do valor da adjudicação

900 - A Sr.ª Presidente Cidália Ferreira apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Presente informação do júri do procedimento com o seguinte teor:

*“Por lapso na elaboração do relatório preliminar e final do procedimento em referência, o júri propôs a adjudicação da empreitada de **“REQUALIFICAÇÃO DA RUA E TRAVESSA DO MIRANTE”** ao **concorrente n.º 5 – DELFIM JESUS MARTINS & IRMÃO, LDA.**, pelo valor de **206.905,25 €** (Duzentos e seis mil, novecentos e cinco euros e vinte e cinco cêntimos), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, por ser a proposta com o mais baixo preço, mas a proposta do concorrente n.º 5 - **DELFIM JESUS MARTINS & IRMÃO, LDA.**, apresentou um valor efetivamente de **206.906,25 €** (Duzentos e seis mil, novecentos e seis euros e vinte e cinco cêntimos), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, verificando-se um diferencial de 1 €.*

*Em face do exposto o Júri propõe a retificação do valor discriminado nos relatórios preliminar e final referente à proposta do concorrente n.º 5 - **DELFIM JESUS MARTINS & IRMÃO, LDA.**, com o valor corrigido de **206.906,25 €** (Duzentos e seis mil, novecentos e seis euros e vinte e cinco cêntimos), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, correspondente ao valor da proposta apresentada.”*

Considerando que os erros materiais na expressão da vontade do órgão administrativo, quando manifestos, podem ser retificados, de acordo com o artigo 174.º do CPA.

Assim, a Câmara Municipal delibera, em conformidade com o proposto pelo júri e nos termos artigo 174.º do CPA, aprovar a retificação do valor corrigido da adjudicação da empreitada de “Requalificação da rua e travessa do Mirante” adjudicada a “Delfim Jesus Martins & Irmão, Ld.ª”, para 206.906,25 € (Duzentos e seis mil, novecentos e seis euros e vinte e cinco cêntimos), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, correspondente ao valor da proposta apresentada.

Mais delibera aprovar, em consequência, a redação final da minuta do contrato a celebrar.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

15. CP 01/2016 - Requalificação da Estrada Vieira de Leiria/Praia da Vieira. Redução da caução prestada.

901 - O Sr.º Vereador Carlos Caetano apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Presente requerimento, apresentado pelo empreiteiro Contec - Construção e Engenharia, SA, cocontratante no contrato com o objeto identificado em epígrafe (E/3518/2018).

Presente informação, da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, na qual se aprecia o pedido de redução da caução prestada pelo empreiteiro no âmbito do contrato com o objeto identificado em epígrafe, e se conclui que, na sequência da aprovação de trabalhos a menos, no valor de 24.468,46 euros, e da inutilização/destruição de trabalhos por efeito do incêndio de 15 de outubro passado, no montante de 57.972,23 euros, é admissível a redução da caução prestada no valor de 8.244,07 euros.

A Câmara Municipal, concordando com a informação técnica com referência LS.33.2018, de acordo com os artigos 33.º, n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera autorizar a redução do valor das cauções prestadas pelo empreiteiro Contec - Construção e

Engenharia, SA, no montante de 8.244,07, através da liberação das garantias bancárias n.ºs N00402739 e N00403186, emitidas pelo Novo Banco, SA e da redução, no remanescente, da garantia bancária n.º 2540.002035.293, emitida pela Caixa Geral de Depósitos.

A presente deliberação foi aprovada por unanimidade e em minuta.

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO

16. “Requalificação da cantina escolar da Embra” – Marinha Grande - Aprovação do Projeto de Execução

902 - Presente Projeto de Execução elaborado pela Divisão de Ordenamento do Território da CMMG que visa a requalificação da Cantina Escolar da Embra erigida em 1959, localizada na Rua das Piscinas, lugar da Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande.

A proposta de intervenção preconiza a ampliação das suas instalações, a renovação integral das suas infraestruturas e revestimentos, a substituição total dos seus equipamentos, a conceção de nova compartimentação ajustada ao seu programa e a adoção de soluções técnicas que visam maior eficiência energética do edifício, sob adequação a todas as normas legais e regulamentares aplicáveis na sua utilização prevista, por forma a garantir melhores condições de funcionamento, salubridade, segurança e conforto aos seus utilizadores e funcionários.

O mesmo assegura o cumprimento integral das disposições contidas no Código de Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto, bem como o definido assim na Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho e demais normas técnicas e legislação em vigor.

A Câmara Municipal analisou todos os elementos constantes do Projeto de Execução referente à Requalificação da Cantina Escolar da Embra e delibera APROVAR.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

17. “Construção do Centro de Interface de Transportes Urbanos e do Terminal Rodoviário da Marinha Grande” – PA N.º 53/2017 - Aprovação do Projeto de Execução

Presente a seguinte proposta:

“Presente Informação n.º CS/68/2018, da Divisão de Ordenamento do Território, datada de 25 de Setembro de 2018, propondo a aprovação do Projeto de Execução da Construção do Centro de Interface de Transportes Urbanos e do Terminal Rodoviário da Marinha Grande, localizados no Largo 26 de Março, na freguesia da Marinha Grande, concelho da Marinha Grande.

O Município da Marinha Grande pretende construir no antigo Parque da Móvil, um Centro de Interface de Transportes Urbanos, prevendo estacionamento, passeios e ciclovias, posto de abastecimento para carros elétricos, paragem de autocarros para os serviços da TUMG e parque de estacionamento de táxis. Pretende-se ainda prever a continuidade de uma rede de modos suaves, especialmente, no sistema pedonal e sistema ciclável, que valorize a inserção paisagista no contexto urbano da Cidade da

Marinha Grande e que promova e facilite a deslocação interior da cidade (principalmente da deslocação entre o centro funcional e um dos polos industriais- gerador de grande parte do emprego da cidade), permitindo também a conexão às redes exteriores existentes, no que diz respeito às ciclovias.

Mais se informa, que o projeto de execução observa as normas legais e regulamentares aplicáveis à operação urbanística em análise e que o mesmo contempla os elementos descritos no artigo 43º do Código de Contratos Públicos, assim como o estipulado na portaria n.º 701-H/2008 de 29 de Julho.

Deste modo, a Câmara Municipal analisou a informação anexa e todos os elementos apresentados, e delibera, nos termos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, APROVAR o Projeto de Execução da Construção do Centro de Interface de Transportes Urbanos e do Terminal Rodoviário da Marinha Grande, localizados no Largo 26 de Março, na freguesia da Marinha Grande, concelho da Marinha Grande.

Esta deliberação foi tomada por _____ e aprovada em minuta.”

Sobre este ponto registaram-se as seguintes intervenções:

Os Srs. Vereadores do MpM referiram o seguinte:

“A construção do Centro de Interface de Transportes Urbanos e do Terminal Rodoviário da Marinha Grande é uma necessidade, sobre isso ninguém tem dúvidas. Também parece óbvio que o “Parque da Mobil”, está há muito abandonado e necessita de uma requalificação.

O MpM quer dotar o Município de estruturas de apoio à mobilidade, melhores condições para os passageiros, turistas e população no acesso aos serviços públicos de transporte. Sobre isso ninguém tem dúvidas. Mas o MpM não é responsável pela localização desta estrutura, sobre a qual já se mostrou desfavorável e completamente inadequada àquilo que são as necessidades atuais de um bom planeamento urbanístico. Entendemos que devia ter sido equacionada outra localização, esta nunca seria a nossa. Contudo, reconhece a legitimidade do executivo permanente do PS de adotar opções políticas que já preveem desde os anos 90, consolidado na candidatura ao PEDU em setembro de 2015, sem discussão prévia no executivo, na Assembleia Municipal ou no seio da população.

Sobre este assunto, relembro o que disse recentemente um antigo vereador, do tempo do Presidente Álvaro Órfão.

*“Não conheço esse anteprojeto, não faço ideia do total da área a construir. **No final da década de 90**, tivemos um Gabinete Técnico Local, financiado por fundos comunitários. Ainda que não sendo uma obra a financiar pelo Polis, foi desenvolvido um anteprojeto, já muito detalhado, para o Centro Multi-modal de Transportes, previamente aprovado pela Rodoviária do Tejo, a construir no chamado Parque da Mobil, a que ficaria agregado um silo de estacionamento em altura e a completa reformulação e aproveitamento de todo o espaço para estacionamento organizado. O caderno de encargos do edifício a construir para a gare rodoviária foi discutido com a Rodoviária do Tejo e continha tudo o que era essencial para um funcionamento eficiente, eliminando-se os custos supérfluos, apostando num modelo adequado ao volume de tráfego da cidade.*

*O que sei é que o que **deixámos na Câmara em fase de estudo prévio**, não previa lagos com repuxos nem coisa parecida. **Era sóbrio**, mas tinha todas as condições para ser eficiente. Tudo edificado, incluindo o silo de estacionamento em altura, o Parque viria a **ter mais lugares de estacionamento do que tem hoje.**”*

Apesar deste enorme equívoco da localização, e atendendo à fase atrasada em que a obra se encontra (devia ter iniciado em 2016), para que não percamos o financiamento comunitário, apresentámos propostas de alteração ao anteprojeto, em 10 de Julho de 2018.

Na circunstância houve o compromisso da Sra Presidente, do Sr. Vereador Caetano e da Sr.ª Chefe de divisão da DOT, de que o nosso contributo seria tomado em consideração.

Percebemos então que o anteprojeto proposto não se coaduna com os condicionantes existentes, sobretudo na questão da redução de lugares de estacionamento, espelho de água e o abate de todas as árvores existentes.

É evidente que o estacionamento vai crescer, dados os prédios envolventes, as lojas, centro comercial Lumar e Atrium, ginásio, notário, dentista, talho, etc.. Para além de que as conservatórias no Atrium vão trazer pessoas que ali vão estacionar. Também se estaciona aqui nos Eventos/Festas no Parque da Cerca e Parque Mártires do Colonialismo

Num breve resumo do documento que então entregámos, podemos dizer que as nossas propostas eram as seguintes:

- Necessidade inequívoca de mais estacionamento, (uma vez que a atual proposta prevê apenas 56 lugares, quando hoje já estacionam uma média superior a 100 viaturas); recomendando que se dotasse pelo menos 100 lugares na zona do interface.*
- Eliminar espelho de água com 1.250 m2, de difícil limpeza e manutenção diária (custos elevados), com a (má) experiência na autarquia marinhense em: rotunda Atrium, lagos perto da antiga AM; tanques junto ao Museu do Vidro e Casa da Cultura; Ribeira das Bernardas no Parque Mártires do Colonialismo; lago do Parque da Cerca;*
- Não eliminar todo o parque arbóreo existente, com árvores de décadas;*
- Fazer algo que assinala a marca da cidade: “centro de engenharia e design”;*
- Promover a sustentabilidade e ecologia: iluminação artificial; aproveitamento das águas pluviais para o jardim;*
- Reformular o nr de bancos e instalações sanitárias*

Agora é-nos apresentado o Projeto de execução sem qualquer discussão prévia e, depois de cuidadosamente analisado, verificamos que praticamente nenhuma das nossas sugestões foi tomada em consideração.

O executivo permanente do PS não tem a menor noção do impacto deste projeto na vida das pessoas que atualmente utilizam aquele espaço e dele necessitam para a vida quotidiana, ainda não percebeu que não vai ter lugares de estacionamento suficientes para os utilizadores, que vai cometer um atentado ambiental ao eliminar todas aquelas árvores e que opta por um espelho de água inútil de difícil manutenção em vez de rentabilizar o espaço para “dotar a zona com mais estacionamento” e melhorar o acolhimento dos passageiros usufrutuários do Interface.

Por entendermos que este projeto não corresponde às necessidades e anseios dos marinhenses e da Marinha Grande, sugerimos que o ponto fosse retirado, para análise e discussão no seio do executivo – o que veio a acontecer.”

A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho também se pronunciou, referindo que confirma as afirmações do Sr. Vereador Aurélio feitas na altura, e disse que as suas 3 questões também são as mesmas: as árvores, o espelho de água e o estacionamento.

Para além disto, e na sua opinião pessoal, faz-lhe impressão ver autocarros de grande porte a circular no centro da cidade, na zona de acesso a S. Pedro de Moel, nomeadamente no verão, e a poluição sonora que isso pode provocar aos moradores.

Entende que a solução não passaria por deslocalizar só por si, mas sim deslocalizar criando uma rede de transportes para trazer as pessoas para o centro da cidade.
A proposta da CDU também é no sentido da retirada da proposta, para que seja discutida.

Após estas intervenções, a **Sr.ª Presidente** sugeriu que se reúnam todos, ficando logo marcada a próxima segunda-feira, dia 08/10/2018, pelas 14:00 horas, para discutirem esta proposta e também o projeto da piscina.

A **Sr.ª Vereadora Lara Lino** também deu a sua opinião sobre o interface, referindo que sobre o local também tem as dúvidas já apontadas. Sobre o estacionamento tem os inconvenientes da redução de lugares. Em relação ao enquadramento paisagístico com os dois parques parece-lhe que os espelhos de água poderão ser substituídos por árvores.

A **Sr.ª Presidente** referiu que sobre o local lhe parece que se chegou a um consenso. Sobre o estacionamento lembrou que o parque das Finanças vai ficar gratuito, e depois há também o estacionamento ao lado do campo da Portela e até o estacionamento da FEIS, que já existe. O que se perde num lado pode ser encontrado nas proximidades.
O anteprojeto está submetido e o projeto tem que ser submetido até ao final deste ano, porque é uma candidatura financiada.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** lembrou que no dia 25 de junho foi agendado o anteprojeto e não receberam qualquer documento. E foi aprovado, permitindo que pudessem dar as suas sugestões depois de receberem os documentos, que foi a 26 de junho, e a partir daí apresentaram as sugestões e esperavam ser atendidos em alguns pontos.

O **Sr. Vereador Carlos Caetano** referiu que apesar de estarem já com os prazos muito apertados, entende que ainda é possível acolher algumas questões.

A **Sr.ª Presidente** disse que uma vez que o Sr. Vereador pôs a questão desta forma, o que tem de se fazer é chamar o gabinete, com urgência, ficando o Sr. Vereador com essa incumbência, e falarem todos numa reunião, porque não quer que seja mais um investimento perdido no concelho. Acha que é um projeto bonito, que embeleza a cidade, daí gostar dos espelhos de água.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** disse que enviaram as propostas no dia 9 de julho, e por isso tem muitas dificuldades em entender as palavras da Sr.ª Presidente.

A **Sr.ª Presidente** disse que o ponto está retirado, nas condições já mencionadas.

18. Req.º n.º 1186/18, datado de 29/06/2018 - Proc.º n.º 555/17, datado de 14/12/2017 - Liliana Sofia Ferreira Leal

903 - Presente requerimento n.º 1186/18, datado de 2018/06/29, constante do processo camarário n.º 555/17, subscrito por **LILIANA SOFIA FERREIRA LEAL**, com o NIF 223794589, residente em rua das Andorinhas, n.º 5, 1.º eq., Lameira da Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de **“Demolição de edifício existente e construção de habitação unifamiliar e muros de vedação”**, a incidir sobre um prédio urbano, sito em rua Marquês de Pombal, n.º 65, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 6353 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo número 21.

Presentes pareceres técnicos sobre o assunto, datados de 2018/08/23 e de 2018/09/18, que refere que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise do pedido de licenciamento da obra de **“Demolição de edifício existente e construção de habitação unifamiliar e muros de vedação”**, a incidir sobre um prédio urbano, sito em rua Marquês de Pombal, n.º 65, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 6353 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo número 21, com o número de processo 555/17, com data de entrada em 2017/12/14, apresentado por LILIANA SOFIA FERREIRA LEAL, com o NIF 223794589, residente em rua das Andorinhas, n.º 5, 1.º esq., Lameira da Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, e considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e *republicado* pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – deferir o mesmo, com os seguintes condicionalismos:

1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do RJUE.
2. Execução de todos os trabalhos necessários à correta execução da obra, nomeadamente passeios nas extensões do prédio confinantes com a rua Marquês de Pombal e Travessa do Paçal. Os materiais a aplicar nos passeios deverão prever calçada de calcário com as dimensões de 0,05x0,05mx0,05m, após execução de uma base em tout-venant com 0,15m de espessura. O lancil deverá ser em calcário com as dimensões de 0,12m (largura à vista) x 0,25m (altura) x 0,15m (largura da base), podendo o passeio ser rebaixado nas zonas das entradas.
3. Cedência para domínio público da área de 72,00m² ao longo das frentes do prédio confinantes com a rua Marquês de Pombal e Travessa do Paçal, conforme configuração constante da peça gráfica correspondente à **“Implantação”**, **“Desenho n.º: 1A”**, datada de **“junho 2018”**, entregue a coberto do requerimento n.º 1186/18, datado de 2018/06/29, ficando a emissão da Autorização de Utilização, condicionada à apresentação de certidão emitida pela Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

19. Req.º n.º 1463/18, datado de 09/08/2018 - Proc.º n.º 35/18, datado de 07/02/2018 - IMOLAZER - Imobiliária, Lda

904 - Presente pedido com o registo n.º 1463/18, datado de 09/08/2018, relativo a **construção de um edifício industrial**, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 8183 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 2339, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 35/18, com data de entrada de 07/02/2018, apresentado por **IMOLAZER - IMOBILIARIA, LDA.**, com o NIPC 506 719 065, com sede na rua do Repouso, n.º 48, Casal Galego, freguesia e concelho da Marinha Grande, a solicitar a aprovação do projeto de arquitetura respetivo;

Presente informação técnica, datada de 12/09/2018, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura apresentado em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o projeto de arquitetura referente ao pedido de licenciamento relativo a construção de um edifício industrial, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 8183 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 2339, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 35/18, com data de entrada de 07/02/2018, apresentado por IMOLAZER - IMOBILIARIA, LDA., com o NIPC 506 719 065, com sede na rua do Repouso, n.º 48, Casal Galego, freguesia e concelho da Marinha Grande, ficando o licenciamento da presente operação urbanística condicionado à apresentação, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, dos projetos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

20. Req.º n.º 1544/18, datado de 27/08/2018 - Proc.º n.º 282/18, datado de 16/07/2018 - HK HIDROKING Engenharia Térmica, Lda

905 - Presente requerimento n.º 1544/18, datado de 2018/08/27, constante do processo camarário n.º 282/18, subscrito por **HK HIDROKING ENGENHARIA TERMICA, LDA**, com o NIPC 510727727, com sede em rua do Pastor, n.º 12, lugar de Boa Vista, freguesia de Santa Eufémia e Boa Vista, concelho de Leiria, referente ao pedido de licenciamento da obra de **“Reabilitação, alteração e ampliação de edifício”**, a incidir sobre um prédio urbano, sito em rua Pereira Crespo, n.º 9, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 3245 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo número 212.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2018/09/20, que refere que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise do pedido de licenciamento da obra de “Reabilitação, alteração e ampliação de edifício”, a incidir sobre um prédio urbano, sito em rua Pereira Crespo, n.º 9, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 3245 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo número 212, com o número de processo 282/18, com data de entrada em 2018/07/16, apresentado por HK HIDROKING ENGENHARIA TERMICA, LDA, com o NIPC 510727727, com sede em rua do Pastor, n.º 12, lugar de Boa Vista, freguesia de Santa Eufémia e Boa Vista, concelho de Leiria, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – deferir o mesmo, com o condicionalismo da apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis,

nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

21. Req.º n.º 1438/18, datado de 06/08/2018 - Proc.º n.º 324/18, datado de 06/08/2018 - SOFITEC - Soc Técnica de Moldes, Lda

906 - Presente pedido com o registo n.º 1438/18, datado de 06/08/2018, relativo a **licenciamento de ampliação de edifício industrial**, sito na rua Manuel Joaquim Afonso, lote 16, na Zona Industrial de Vieira de Leiria, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 5024 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 5241, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 324/18, com data de entrada de 06/08/2018, apresentado por **SOFITEC SOC TÉCNICA DE MOLDES, LDA.**, com o NIPC 503 693 286, com sede na rua dos Godinhos, Ervideira, freguesia de Coimbrão e concelho de Leiria, a solicitar a aprovação do projeto de arquitetura;

Presente informação técnica, datada de 17/09/2018, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura apresentado em condições de ser aprovado.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o projeto de arquitetura relativo a licenciamento de ampliação de edifício industrial, sito na rua Manuel Joaquim Afonso, lote 16, na Zona Industrial de Vieira de Leiria, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 5024 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 5241, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 324/18, com data de entrada de 06/08/2018, apresentado por **SOFITEC SOC TÉCNICA DE MOLDES, LDA.**, com o NIPC 503 693 286, com sede na rua dos Godinhos, Ervideira, freguesia de Coimbrão e concelho de Leiria, com os seguintes condicionalismos:

1 - Apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação da presente decisão, de acordo com o n.º 4 do artigo 20º do RJUE, os seguintes elementos:

1.1.- Projetos de especialidade aplicáveis;

1.2.- Projeto de arranjos exteriores no qual se identifique quais os materiais de revestimento a empregar nas várias áreas do logradouro envolvente ao edifício, tendo em conta que a percentagem máxima de impermeabilização do lote, nos termos do n.º 6 do artigo 14º do regulamento do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Vieira de Leiria, não pode exceder os 80%.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

22. Req.º n.º 1469/18, datado de 10/08/2018 - Proc.º n.º 66/17, datado de 21/02/2017 - Maria Helena Estevães Olival Liberato dos Santos

907 - Presente requerimento n.º 1469/18, datado de 2018/08/10, constante do processo camarário n.º 66/17, subscrito por **MARIA HELENA ESTEVÃES OLIVAL LIBERATO DOS**

SANTOS, com o NIF 230382878, residente em rua de Óbidos, lote n.º 44, lugar de Trutas, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de **licenciamento da “Legalização da alteração de moradia unifamiliar”** existente, localizada num prédio urbano sito na rua de Óbidos, lote n.º 44, lugar de Trutas, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha sob o número 231, e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo número 11582, constituído pelo Alvará de Loteamento n.º 1/85, datado de 17/01/1985, emitido em nome de Amílcar Alexandre Gordalina, Manuel da Conceição Silva e José Freire de Oliveira, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação camarária datada de 2017/05/22.

Presente parecer técnico dos serviços datado de 2018/09/20, referente aos projetos das especialidades apresentados.

Após a análise da pretensão, e considerando o parecer técnico que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o pedido de licenciamento da “Legalização da alteração de moradia unifamiliar” existente, localizada num prédio urbano sito na rua de Óbidos, lote n.º 44, lugar de Trutas, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha sob o número 231, e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo número 11582, constituído pelo Alvará de Loteamento n.º 1/85, datado de 17/01/1985, emitido em nome de Amílcar Alexandre Gordalina, Manuel da Conceição Silva e José Freire de Oliveira, com o número de processo 66/17, com data de entrada em 2017/02/21, apresentado por MARIA HELENA ESTEVÃES OLIVAL LIBERATO DOS SANTOS, com o NIF 230382878, residente em rua de Óbidos, lote n.º 44, lugar de Trutas, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Mais delibera INFORMAR a requerente dos seguintes aspetos:

1. Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da autorização de utilização referente a obras legalizadas é sempre precedida de vistoria municipal.
2. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

23. Req.º n.º 1612/18, datado de 06/09/2018 - Proc.º n.º 576/17, datado de 29/12/2017 - NORMAX - Fábrica de Vidros Científicos, Lda

908 - Presente pedido com o registo n.º 1612/18, datado de 06/09/2018, relativo à apresentação dos projetos de especialidade referentes a **legalização de ampliação e alteração de uma unidade industrial** sita na rua de Santa Isabel, n.º 12, Salgueiro, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 16934, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 7589, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 576/17, com data de entrada de 29/12/2017, apresentado por **NORMAX-FÁBRICA DE VIDROS CIENTIFICOS, LDA**, com o

NIPC 500 203 130, com sede na rua Santa Isabel 17, freguesia e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de Câmara de 05/03/2018;

Presente processo de regularização extraordinária, com o n.º 506/15, apresentado a 30/12/2015 pela mesma empresa, a exercer a sua atividade nesta unidade, o qual obteve, em reunião de Conferência Decisória realizada a 09/11/2016, deliberação favorável condicionada;

Presente informação técnica, datada de 17/09/2018, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de ser aceites;

Presente informação técnica, datada de 20/09/2018, que atesta encontrar-se o processo relativo à ampliação e à legalização das ampliações efetuadas na unidade industrial em causa em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o processo relativo à legalização de ampliação e alteração de uma unidade industrial sita na rua de Santa Isabel, n.º 12, Salgueiro, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 16934, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 7589, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 576/17, com data de entrada de 29/12/2017, apresentado por NORMAX-FÁBRICA DE VIDROS CIENTIFICOS, LDA, com o NIPC 500 203 130, com sede na rua Santa Isabel 17, freguesia e concelho da Marinha Grande;

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá requerer a emissão do respetivo alvará no prazo de um ano a contar da notificação da presente decisão, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3 – Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEU), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

4.- Deve assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março, para o que deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

24. Req.º n.º 1611/18, datado de 06/09/2018 - Proc.º n.º 577/17, datado de 29/12/2017 - NORMAX - Fábrica de Vidros Científicos, Lda

909 - Presente pedido com o registo n.º 1611/18, datado de 06/09/2018, relativo à apresentação dos projetos de especialidade referentes ao pedido de **ampliação e alteração de uma unidade industrial** sita na rua de Santa Isabel, n.º 17, Salgueiro, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 16551, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19000-P, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 577/17, com data de entrada de 29/12/2017, apresentado por **NORMAX-FÁBRICA DE VIDROS CIENTÍFICOS, LDA**, com o NIPC 500 203 130, com sede na rua Santa Isabel 17, freguesia e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de Câmara de 5/03/2018;

Presente processo de regularização extraordinária, com o n.º 507/15, apresentado a 30/12/2015 pela mesma empresa, a exercer a sua atividade nesta unidade, o qual obteve, em reunião de Conferência Decisória realizada a 09/11/2016, deliberação favorável condicionada;

Presente informação técnica, datada de 17/09/2018, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de ser aceites;

Presente informação técnica, datada de 19/09/2018, que atesta encontrar-se o processo relativo à ampliação e alteração pretendida das ampliações, efetuadas na unidade industrial em causa, em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o processo relativo à ampliação e alteração de uma unidade industrial sita na rua de Santa Isabel, n.º 17, Salgueiro, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 16551, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19000-P, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 577/17, com data de entrada de 29/12/2017, apresentado por **NORMAX-FÁBRICA DE VIDROS CIENTÍFICOS, LDA**, com o NIPC 500 203 130, com sede na rua Santa Isabel 17, freguesia e concelho da Marinha Grande;

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá requerer a emissão do respetivo alvará no prazo de um ano a contar da notificação da presente decisão, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3 - Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEU), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

4.- Deve assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março, para o que deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

25. Req.º n.º 1278/18, datado de 13/07/2018 - Proc.º n.º 24/18, datado de 30/01/2018 – FAMOLDE - Fabric. e Comerc. de Moldes, Lda

910 - Presente pedido com o registo n.º 1278/18, datado de 13/07/2018, relativo a **licenciamento de obras de construção de ramais de abastecimento e de saneamento**, a realizar no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 15008 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 17698, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 24/18, com data de entrada de 30/01/2018, apresentado por **FAMOLDE-FABRIC. E COMERC. DE MOLDES, LDA**, com o NIPC 501 454 837, com sede em Moinhos de Cima, Albergaria, freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente informação técnica, datada de 20/09/2018, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de ser aceites.

Presente informação técnica, datada de 21/09/2018, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido relativo a licenciamento de obras de construção de ramais de abastecimento e de saneamento, a realizar no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 15008 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 17698, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 24/18, com data de entrada de 30/01/2018, apresentado por FAMOLDE-FABRIC.E COMERC.DE MOLDES, LDA, com o NIPC 501 454 837, com sede em Moinhos de Cima, Albergaria, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3.- Deve assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

26. Req.º n.º 1602/18, datado de 05/09/2018 - Proc.º n.º 79/18, datado de 05/03/2018 - Pereira & Cosinheiro, Construção e Venda de Imóveis, Lda

911 - Presente pedido com o registo n.º 1602/18, datado de 05/09/2018, relativo à apresentação dos projetos de especialidade referentes ao processo relativo a **licenciamento de edifício destinado a armazéns**, no prédio sito na estrada do Guilherme, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 14971 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 20234-P, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 79/18, com data de entrada de 05/03/2018, apresentado por **PEREIRA & COSINHEIRO, CONSTRUÇÃO E VENDA DE IMÓVEIS LDA**, com o NIPC 507 036 506, com sede na rua da Relvinha, Machados, Boavista, Leiria, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de Câmara de 09/07/2018;

Presente informação técnica, datada de 17/09/2018, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de ser aceites;

Presente informação técnica, datada de 20/09/2018, que atesta encontrar-se o processo em causa em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o processo relativo a licenciamento de edifício destinado a armazéns, no prédio sito na estrada do Guilherme, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 14971 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 20234-P, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 79/18, com data de entrada de 05/03/2018, apresentado por PEREIRA & COSINHEIRO, CONSTRUÇÃO E VENDA DE IMÓVEIS LDA, com o NIPC 507 036 506, com sede na rua da Relvinha, Machados, Boavista, Leiria.

Mais delibera INFORMAR o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá requerer a emissão do respetivo alvará no prazo de um ano a contar da notificação da presente decisão, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3 – Deve assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março, para o que deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

27. Req.º n.º 1314/18, datado de 17/07/2018 - Proc.º n.º 139/18, datado de 19/04/2018 - Maria Júlia da Conceição Silva Alves e Henrique Clara Alves

912 - Presente requerimento n.º 1314/18, datado de 2018/07/17, constante do processo camarário n.º 139/18, subscrito por **MARIA JÚLIA DA CONCEIÇÃO SILVA ALVES**, com o NIF 196197244 e **HENRIQUE CLARA ALVES**, com o NIF 152890718, ambos com domicílio fiscal em estrada da Base, n.º 1251, lugar de Segodim, freguesia de Monte Real, concelho de Leiria, a solicitar o licenciamento da obra de **“Construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação”**, incidente sobre um prédio urbano sito na rua da Juventude, lugar de Picassin, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 12470 e inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 20364-P.

Presentes pareceres técnicos dos serviços, datados de 2018/06/12 e 2018/09/17, referentes, respetivamente, aos projetos de arquitetura e das especialidades apresentados.

Após a análise do pedido de licenciamento da obra de “Construção de uma moradia unifamiliar e muros de vedação”, incidente sobre um prédio urbano sito na rua da Juventude, lugar de Picassin, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 12470 e inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 20364-P, com o número de processo 139/18, com data de entrada em 2018/04/19, apresentado por MARIA JÚLIA DA CONCEIÇÃO SILVA ALVES, com o NIF 196197244, e HENRIQUE CLARA ALVES, com o NIF 152890718, ambos com domicílio fiscal em estrada da Base, n.º 1251, lugar de Segodim, freguesia de Monte Real, concelho de Leiria, e considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/14, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – deferir o mesmo, com os seguintes condicionalismos:

- 1. Execução de todos os trabalhos necessários à correta execução da obra, nomeadamente a alteração do passeio público existente na extensão total do prédio confinante com a rua do Lavadouro, por forma a conferir-lhe a largura de 2,25m. Os materiais a aplicar deverão ser idênticos aos existentes no atual passeio.**
- 2. Cedência para domínio público da faixa de terreno com a área de 31,77m² ao longo da frente do prédio confinante com a rua da Juventude, conforme configuração constante da peça gráfica correspondente à “Implantação”, “Desenho n.º 2A”, datada de “07/18”, entregue a coberto do requerimento n.º 1314/18, datado de 2018/07/17, ficando a emissão da Autorização de Utilização, condicionada à apresentação de certidão emitida pela Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.**

Mais delibera informar o requerente que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

28. Req.º n.º 1593/18, datado de 04/09/2018 - Proc.º n.º 183/18, datado de 15/05/2018 - Catarina Alexandra Marques Silva

913 - Presente requerimento n.º 1593/18, datado de 2018/09/04, constante do processo camarário n.º 183/18, subscrito por **CATARINA ALEXANDRA MARQUES SILVA**, com o NIF 212874829, residente em rua das Laranjeiras à Garcia, n.º 49, lugar de Engenho, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de **“Construção de habitação unifamiliar e muros de vedação”**, incluindo a **“Demolição de edificação existente”**, incidente sobre um prédio urbano, sito na rua das Laranjeiras, lugar de Engenho, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 17941 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo número 609, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação camarária datada de 2018/07/23.

Presente parecer técnico dos serviços datado de 2018/09/17, referente aos projetos das especialidades apresentados.

Após a análise do pedido de licenciamento da obra de **“Construção de habitação unifamiliar e muros de vedação”**, incluindo a **“Demolição de edificação existente”**, incidente sobre um prédio urbano, sito na rua das Laranjeiras, lugar de Engenho, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 17941 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo número 609, com o número de processo 183/18, com data de entrada em 2018/05/15, apresentado por CATARINA ALEXANDRA MARQUES SILVA, com o NIF 212874829, residente em rua das Laranjeiras à Garcia, n.º 49, lugar de Engenho, freguesia e concelho de Marinha Grande, e considerando o parecer técnico que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – deferir o mesmo, com os seguintes condicionalismos:

1. Execução de passeio na extensão total do prédio confinante com as ruas das Laranjeiras e do Engenho, de acordo com o proposto na peça gráfica correspondente à **“Implantação” - Desenho n.º 1**, datada de **“maio 2018”**, com a largura de 1,50m junto da rua das Laranjeiras e a largura de 1,60m junto da rua do Engenho. Os materiais a aplicar no passeio devem ser idênticos aos da envolvente, ou seja, lancil de calcário de 0,15x0,22m e calçada de calcário com as dimensões de 0,05x0,05mx0,05m, após execução de uma base em tout-venant com 0,15m de espessura, devendo garantir o remate entre o passeio e o pavimento existente em betuminoso. O espelho do lancil deverá ficar a 0,12m acima do pavimento, devendo rebaixar para 0,04m na entrada de veículos numa distância mínima de 3,50m. Na execução dos passeios deve ser considerada a colocação de película de plástico preto entre a camada de base e a almofada de assentamento de modo a evitar o crescimento das ervas.

2. Cedência para domínio público da faixa de terreno com a área de 30,60m², ao longo da frente do prédio confinante com a rua do Engenho, conforme configuração constante da peça gráfica correspondente à **“Implantação” - Desenho n.º 1**”, datada de **“maio 2018”**, entregue a coberto do requerimento n.º 937/18, datado de 2018/05/15, ficando a emissão da Autorização de Utilização, condicionada à apresentação de certidão emitida pela Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.

Mais delibera informar a requerente que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

29. Req.º n.º 1381/18, datado de 26/07/2018 - Proc.º n.º 184/18, datado de 16/05/2018 - Carlos José Mendes Lourenço e Patrícia Filipa Dinis Franco

914 - Presente requerimento n.º 1381/18, registado em 2018/07/26, do processo camarário n.º 184/18, registado em 2018/05/16, subscrito por **CARLOS JOSÉ MENDES LOURENÇO**, com o NIF 213218976 e por **PATRÍCIA FILIPA DINIS FRANCO**, com o NIF 245106049, residentes na Rua Manuel Balseiro Guerra, n.º 23 - 2º Esq., Lote A, lugar e freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, referente aos projetos de especialidades do pedido de **licenciamento de obra de ampliação da moradia** erigida no prédio urbano sito na Rua da Serraria, n.º 17, lugar e freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 3960 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 335, cujo projeto de arquitetura foi aprovado na reunião de Câmara Municipal de 2018/07/09.

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declaração de responsabilidade do seu autor, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 10.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.

Presente parecer técnico, datado de 2018/09/20, que atesta, terem sido apresentados os projetos das especialidades necessários à operação urbanística, encontrando-se devidamente instruídos e em condições para que a Câmara Municipal tome uma deliberação final sobre o pedido.

Após análise do pedido, e considerando o parecer técnico que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera:

- DEFERIR, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 23º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento de obra de ampliação da moradia erigida no prédio urbano sito na Rua da Serraria, n.º 17, lugar e freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 3960 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 335, apresentado por **CARLOS JOSÉ MENDES LOURENÇO**, com o NIF 213218976 e por **PATRÍCIA FILIPA DINIS FRANCO**, com o NIF 245106049, residentes na Rua Manuel Balseiro Guerra, n.º 23 - 2º Esq., Lote A, lugar e freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande.

- INFORMAR o requerente do seguinte:

1- Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2- Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

30. Req.º n.º 1545/18, datado de 28/08/2018 - Proc.º n.º 305/18, datado de 24/07/2018 - Acácio Alves da Silva e Mónica da Silva Gomes Marques

915 - Presente processo camarário n.º 305/18, registado em 2018/07/24, subscrito por **ACÁCIO ALVES DA SILVA**, com o NIF 202885690, e por **MÓNICA DA SILVA GOMES MARQUES**, com o NIF 200121090, residentes na Rua dos Agriões, n.º 40, lugar de Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente a pedido de **licenciamento da obra de alteração e ampliação da moradia e obra de construção de muro**, incidente sobre o prédio urbano inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 6669, situado na rua dos Agriões, n.º 40, lugar do Pilado, freguesia e Concelho de Marinha Grande e incidente sobre o prédio rústico inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 10648, situado na rua dos Agriões, lugar do Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, ambos os prédios estão descritos na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 11967 e sob o n.º 13031, respetivamente.

Presente projeto de arquitetura com pareceres datados de 2018/08/22, 2018/08/29, e de 2018/09/24, que tomam o processo apto a uma decisão favorável.

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declaração de responsabilidade do seu autor, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 10.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.

Presente parecer técnico, datado de 2018/09/18, que atesta, terem sido apresentados os projetos das especialidades necessários à operação urbanística, encontrando-se devidamente instruídos e em condições para que a Câmara Municipal tome uma deliberação final sobre o pedido.

Após análise do pedido, e considerando os pareceres técnicos que sobre ele recaíram, a Câmara Municipal delibera:

- DEFERIR, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 23º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento da obra de alteração e ampliação da moradia e obra de construção de muro, incidente sobre o prédio urbano inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 6669, situado na rua dos Agriões, n.º 40, lugar do Pilado, freguesia e

Concelho de Marinha Grande e incidente sobre o prédio rústico inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 10648, situado na rua dos Agriões, lugar do Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, ambos os prédios estão descritos na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 11967 e sob o n.º 13031, respetivamente, constante do processo camarário n.º 305/18, registado em 2018/07/24, apresentado por ACÁCIO ALVES DA SILVA, com o NIF 202885690, e por MÓNICA DA SILVA GOMES MARQUES, com o NIF 200121090, residentes na Rua dos Agriões, n.º 40, lugar de Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande,

- ACEITAR a cedência para domínio público, para passeio, das faixas de terreno com a área de 8 m2 e com a área de 18 m2, situadas na parte da frente de ambos os prédios confinantes com a rua dos Agriões, conforme descrição e configuração constante da peça gráfica correspondente à “Planta de Topografia Implantação, Aditamento 1, Desenho n.º 1A”, entregue a coberto do requerimento n.º 1545/18, registado em 2018/08/28, ficando a emissão da Autorização de Utilização, condicionada à apresentação das certidões emitidas pela Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizadas.

- INFORMAR os requerentes do seguinte:

1- Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2- Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3- Após abertura das fundações, deverão os requerentes solicitar a deslocação dos serviços da Fiscalização à obra, para verificação da sua implantação, sendo o registo desta deslocação no respetivo livro de obra imprescindível para isenção de vistoria na futura concessão da respetiva autorização de utilização.

4- Deverão assegurar a instalação do recetáculo postal domiciliário a ser efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04 de Setembro, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98.

5- Deverão assegurar a execução de passeio conforme representação e descrição constante da “Planta de Topografia Implantação, Aditamento 1, Desenho n.º 1A”, entregue a coberto do requerimento n.º 1545/18, registado em 2018/08/28.

6- Deverão assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março, na sua redação atual. Para o efeito, deverão efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção.

7- Por se tratar de uma moradia com profundidade superior a 30 m, medida a partir da sua fachada fronteiria ao espaço público confinante, nos termos da alínea d) do n.º 1 do

artigo 25º do Regulamento Geral da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande – RMEUMMG, compreende obra geradora de impacto semelhante a operação de loteamento, sendo devida a compensação pela não cedência de 63 m2 para espaços verdes de utilização coletiva e equipamento de utilização coletiva, sendo que para os primeiros, nos termos da Portaria n.º 216-B/2008, de 3 de março, são devidos 28 m2/fogo e, para equipamento de utilização coletiva, 35 m2 /fogo. O cálculo deste valor decorre do disposto no artigo 122º e seguintes do RMEUMMG.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

31. Req.º n.º 1476/18, datado de 13/08/2018 - Proc.º n.º 335/18, datado de 13/08/2018 - METALCOBRE - Comercialização de Metais, Lda

916 - Presente pedido com o registo n.º 1476/18, datado de 13/08/2018, relativo a **obras de urbanização**, a realizar na rua das Cavadinhas, em Tojeira de Picassinos, que se reportam ao processo de licenciamento n.º 335/18, com data de entrada de 13/08/2018, apresentado por **METALCOBRE - COMERCIALIZAÇÃO DE METAIS LDA**, com o NIPC 503 580 201, com sede na rua 2, n.º 51 - Pero Neto, freguesia e concelho de Marinha Grande;

Presente informação técnica, datada de 20/09/2018, que atesta encontrarem-se os projetos relativos às obras de urbanização apresentados em condições de serem aceites;

Presente informação técnica, datada de 21/09/2018, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a obras de urbanização, a realizar na rua das Cavadinhas, em Tojeira de Picassinos, que se reportam ao processo de licenciamento n.º 335/18, com data de entrada de 13/08/2018, apresentado por **METALCOBRE - COMERCIALIZAÇÃO DE METAIS LDA**, com o NIPC 503 580 201, com sede na rua 2, n.º 51 - Pero Neto, freguesia e concelho de Marinha Grande.

ACEITAR a cedência de 251,40 m2 para arruamento público, provenientes do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 16565 e inscrito na Matriz Predial Rústica sob o artigo 906.

Mais delibera INFORMAR o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, deverá informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3.- Deverá apresentar caução para a garantia da boa execução das obras de urbanização, nos termos do disposto no artigo 54º do RJUE, no valor de 30.547,50 € (trinta mil, quinhentos e quarenta e sete euros e cinquenta cêntimos);

4.- Após conclusão dos trabalhos, deverão ser apresentadas as respetivas Telas Finais.

Delibera, igualmente, deferir a minuta de contrato de obras de urbanização anexa ao presente processo, cujo texto se transcreve:

MINUTA DE CONTRATO DE URBANIZAÇÃO

(Celebrado ao abrigo do n.º 3 do artigo 25.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro).

Considerandos

- 1- METALCOBRE - COMERCIALIZAÇÃO DE METAIS LDA, com o NIPC 503 580 201, com sede na rua 2, n.º 51 - Pero Neto, freguesia e concelho de Marinha Grande, é proprietária do prédio rústico registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 16565 e inscrito na matriz predial da freguesia da Marinha Grande sob artigo n.º 906, sito na rua das Cavadinhas, freguesia e concelho da Marinha Grande;
- 2- Através do processo de informação prévia n.º 45/17, registado em 08/02/2017, solicitaram informação sobre a viabilidade de construção de uma unidade industrial e muros de vedação no terreno referido no número anterior;
- 3- De acordo com o Plano Diretor Municipal da Marinha Grande, o terreno em que pretendem erigir a moradia situa-se em área urbanizável do Aglomerado Urbano da Marinha Grande - Restante Área Urbana, confinando a sul com a rua das Cavadinhas;
- 4- Por deliberação exarada em reunião de Câmara de 07/09/2017, foi a requerente informada ser viável a construção pretendida, condicionada à execução de um conjunto de obras de urbanização que compreendem a requalificação da via pública existente e da rede de drenagem de águas pluviais;
- 5- Neste contexto, a requerente apresentou, com o pedido n.º 1476/18, datado de 13/08/2018, o processo de obras de urbanização a que corresponde o n.º 335/18, que prevê a execução das obras de requalificação da via municipal existente a sul do seu terreno, assumindo a realização das obras de construção da rede de drenagem de águas residuais pluviais daquela via;
- 8- O processo camarário n.º 335/18, relativo às obras de urbanização, esteve presente na reunião de Câmara Municipal de 1 de outubro de 2018, tendo sido aprovado.

Outorgantes

Entre

CIDÁLIA MARIA DE OLIVEIRA ROSA FERREIRA, com domicílio profissional na freguesia e concelho da Marinha Grande, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande e em representação do Município da Marinha Grande, com o NIPC 505 776 758, adiante designado por **PRIMEIRA OUTORGANTE**;

E

ARMANDO DOMINGUES PASSAGEM e MARIA TERESA ALVES SALVADO DOMINGUES,
na qualidade de Administradores da sociedade **METALCOBRE - COMERCIALIZAÇÃO
DE METAIS LDA**, com o NIPC 503 580 201, com sede na rua 2, n.º 51 - Pero Neto,
freguesia e concelho de Marinha Grande, adiante designados por **SEGUNDOS
OUTORGANTES**;

É celebrado, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 25º do RJUE, o
seguinte contrato de urbanização:

CLÁUSULA 1ª

(Objeto)

O presente contrato tem como objeto a contratualização das obrigações assumidas
pelos **SEGUNDOS OUTORGANTES**, no âmbito da operação urbanística relativa à obra
de construção de uma unidade industrial e muros, no prédio registado na
Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 16565 e inscrito na
matriz predial rústica da freguesia da Marinha Grande sob artigo n.º 906, sito na rua das
Cavadinhas, Tojeira de Picassinós, freguesia e concelho da Marinha Grande e
consequente redução proporcional das taxas por realização das necessárias
infraestruturas urbanísticas.

CLÁUSULA 2ª

(Obrigações da 2.ª outorgante)

OS SEGUNDOS OUTORGANTES obrigam-se a proceder à execução das obras de
urbanização, relativas à requalificação da rua das Cavadinhas, ao longo da frente do
terreno referido na cláusula anterior, assim como proceder à execução da rede pública
de drenagem de águas pluviais ao longo dessa via e respetiva ligação à infraestrutura
existente na rua do Lamarão da Embra.

CLÁUSULA 3ª

(Obras)

As obras mencionadas na cláusula anterior são as constantes dos projetos específicos
apresentados pelo requerimento n.º 1476/18, aprovado em reunião da Câmara Municipal
da Marinha Grande de 1 de outubro de 2018, que fazem parte integrante do processo
camarário de licenciamento de obras de urbanização n.º 335/18, em nome da sociedade
representada pelos **SEGUNDOS OUTORGANTES**.

CLÁUSULA 4ª

(Valor das obras)

1- O valor das obras a realizar é de 30.547,50 € (trinta mil, quinhentos e quarenta e sete
euros e cinquenta cêntimos).

2- O valor mencionado no número anterior é fixo e independente de quaisquer
alterações que ocorram no decurso das obras objeto do presente contrato.

CLÁUSULA 5ª

(Caução)

1- **OS SEGUNDOS OUTORGANTES** prestarão caução para garantir a boa e regular
execução das obras previstas no presente contrato.

2- A caução prevista no número anterior, de valor correspondente ao valor previsto na cláusula 4.^a, poderá ser prestada, por acordo entre as partes, mediante depósito em dinheiro, garantia bancária autónoma à primeira solicitação ou seguro caução.

3- Por solicitação dos segundos outorgantes, o representado pela PRIMEIRA OUTORGANTE procederá, através do seu órgão competente, à redução e cancelamento da caução, nos termos do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, que estabelece o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), na redação do Decreto-lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.

CLÁUSULA 6ª
(Prazo das obras)

1- As obras previstas no presente contrato deverão ser realizadas no prazo de 12 meses, a contar da data de emissão do respetivo alvará de licença de construção.

2- O prazo referido no número anterior poderá ser alterado, por solicitação dos SEGUNDOS OUTORGANTES, nos termos do artigo 53º do RJUE.

CLÁUSULA 7ª
(Fiscalização)

1- O representado pela PRIMEIRA OUTORGANTE disporá dos poderes de fiscalização que legalmente lhe assistem, no que respeita à realização, pelos SEGUNDOS OUTORGANTES, das obras previstas no presente contrato.

2- Sempre que em ação de fiscalização o representado pela PRIMEIRA OUTORGANTE detete que a execução das obras, previstas no presente contrato, não obedece aos projetos aprovados e às condições neles fixadas, pode ordenar aos SEGUNDOS OUTORGANTES, fixando-lhe o prazo para o efeito, que procedam à reposição da obra nas condições constantes do licenciamento.

CLÁUSULA 8ª
(Execução das obras pelo primeiro outorgante)

1- O representado pela PRIMEIRA OUTORGANTE pode, através do seu órgão competente, promover a realização das obras por conta dos SEGUNDOS OUTORGANTES, quando por causa que lhes seja imputável:

- a) Não tiverem sido iniciadas no prazo de um ano a contar da data da emissão do alvará;
- b) Não tiverem sido concluídas no prazo fixado ou nas suas prorrogações;
- c) Não tenha reposto a obra nas condições constantes do licenciamento, dentro do prazo fixado nos termos do n.º 2 da cláusula anterior.

2- A execução das obras referidas no número anterior e o pagamento das despesas suportadas com as mesmas efetuam-se nos termos dos artigos 107.º e 108.º do RJUE.

3- O representado da PRIMEIRA OUTORGANTE pode ainda, através do seu órgão competente, acionar a caução referida na cláusula 5.^a.

CLÁUSULA 9ª
(Receção das obras)

Às receções provisória e definitiva das obras previstas no presente contrato, aplicar-se-á o disposto no artigo 87º do RJUE.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

32. Req.º n.º 1664/18, datado de 14/09/2018 - Proc.º n.º 40/17, datado de 06/02/2017 - Frederico Manuel Gomes Barosa

917 - Presente requerimento n.º 1664/18, registado em 2018/09/14, subscrito por **Frederico Manuel Gomes Barosa**, com o NIF 194089967, residente na Rua Infante D. Henrique, n.º 16, em Marinha Grande, referente a pedido de licenciamento de alterações da obra de **alteração e ampliação de edifício, alterando o uso para habitação, com obra de demolição** de construção existe integrada no procedimento, executada na vigência do Alvará de Obras de Alteração, Ampliação e Demolição n.º 93/17, do processo camarário n.º 40/17.

Presente parecer técnico, datado de 2017/09/20, que atesta estar o projeto de arquitetura em condições para que a Câmara Municipal tome uma deliberação final sobre o pedido.

Após análise do pedido, e considerando o técnico que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera:

- DEFERIR, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 23º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento de alterações da obra de alteração e ampliação de edifício, alterando o uso para habitação, com obra de demolição de construção existe integrada no procedimento, formulado na vigência Alvará de Obras de Construção n.º 93/17, do processo camarário n.º 40/17, incidente no prédio urbano sito na Rua da Covina, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 20291, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 20427, apresentado por Frederico Manuel Gomes Barosa, com o NIF 194089967, residente na Rua Infante D. Henrique, n.º 16, em Marinha Grande.

- Informar o requerente do seguinte:

- 1- Deverá requerer o averbamento ao Alvará de Obras de Construção.
- 2- Mantêm-se os condicionalismos expressos na deliberação de 2017/09/22, que licenciou o pedido constante do processo camarário n.º 40/17.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

33. Req.º n.º 1353/18, datado de 23/07/2018 - Proc.º n.º 300/18, datado de 23/07/2018 - Clotilde de Jesus Bazareu - Cabeça de casal da herança de

918 - Presente requerimento n.º 1353/18, registado em 2018/07/23, subscrito por **MARIA ALICE CAETANO DA SILVA**, com o NIF 105188603, residente na rua Isabel Valgrande Parracho, n.º 9, Talhões de Viera de Leira, Freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, **RAMIRO JOSÉ PEREIRA CAETANO**, residente na Praceta Alfredo

Zarcos, n.º 4, 4ª dtº, Barreiro, **ALICE MARIA PEREIRA CAETANO**, residente na Quinta do Coutinho, freguesia e concelho de Moimenta da Beira, **ABEL LUÍS PEREIRA CAETANO**, residente na Rua do Farol, n.º 29, freguesia e concelho de Moimenta da Beira, **ROSA MARIA DA CUNHA CAETANO**, com o NIF 209127287, residente na Rua do Matadouro n.º 2 B, na freguesia e concelho de Vidigueira, em representação de **ALFREDO FRANCISCO CAETANO**, com o NIF 186262710, residente na Rua da Serrada, n.º 12, Fonte do Oleiro, na união de freguesias de Santa Eufémia e Boa Vista, concelho de Leiria, **herdeiros da herança aberta por óbito de Clotilde de Jesus Bazareu**, com o NIF 741011280, do processo camarário n.º 300/18, registado em 2018/07/23, referente ao pedido de licenciamento (legalização) da obra de alteração de moradia, (legalização) da obra de construção de um edifício anexo de uso complementar da habitação e (legalização) da obra de construção de muros, no prédio urbano sito na rua Isabel Valgrande Parracho, n.º 7, lugar de Talhões de Viera de Leira, Freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 3291, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 4922.

Presente parecer técnico datado de 2018/09/12, desfavorável.

Após análise do projeto de arquitetura apresentado pelo requerimento n.º 1353/18, registado em 2018/07/23, subscrito por **MARIA ALICE CAETANO DA SILVA**, com o NIF 105188603, residente na rua Isabel Valgrande Parracho, n.º 9, Talhões de Viera de Leira, Freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, **RAMIRO JOSÉ PEREIRA CAETANO**, residente na Praceta Alfredo Zarcos, n.º 4, 4ª dtº, Barreiro, **ALICE MARIA PEREIRA CAETANO**, residente na Quinta do Coutinho, freguesia e concelho de Moimenta da Beira, **ABEL LUÍS PEREIRA CAETANO**, residente na Rua do Farol, n.º 29, freguesia e concelho de Moimenta da Beira, **ROSA MARIA DA CUNHA CAETANO**, com o NIF 209127287, residente na Rua do Matadouro n.º 2 B, na freguesia e concelho de Vidigueira, em representação de **ALFREDO FRANCISCO CAETANO**, com o NIF 186262710, residente na Rua da Serrada, n.º 12, Fonte do Oleiro, na união de freguesias de Santa Eufémia e Boa Vista, concelho de Leiria, herdeiros da herança aberta por óbito de Clotilde de Jesus Bazareu, com o NIF 741011280, do processo camarário n.º 300/18, registado em 2018/07/23, referente ao pedido de licenciamento (legalização) da obra de alteração de moradia, (legalização) da obra de construção de um edifício anexo de uso complementar da habitação e (legalização) da obra de construção de muros, no prédio urbano sito na rua Isabel Valgrande Parracho, n.º 7, lugar de Talhões de Viera de Leira, Freguesia de Vieira de Leiria, concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o artigo n.º 3291, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 4922, bem como o parecer técnico que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera notificar os requerentes, nos termos do artigo 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo - CPA, para se pronunciar em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias, sobre o presente projeto de indeferimento da pretensão, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 24º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, nomeadamente por a alteração projetada para a instalação sanitária da habitação violar norma legal e regulamentar constante do n.º 1 do artigo 84.º quanto ao equipamento mínimo para instalação sanitária.

A Câmara Municipal delibera ainda informar os requerentes que na revisão do projeto o mesmo deve ser completado com os elementos descritos nas alíneas d) e f)(ii) do N.º 15 da Portaria n.º 113/2015, de 22/04, devidamente elaborados, nomeadamente:

- Termo de responsabilidade subscrito pelo coordenador de projeto que ateste a compatibilidade entre os projetos, de acordo com o n.º 1 do artigo 10º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.
- Alçados à escala de 1:50 ou de 1:100 com a indicação das cores e dos materiais dos elementos que constituem as fachadas e a cobertura, bem como as construções adjacentes, quando existam.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

34. Req.º n.º 1635/18, datado de 11/09/2018 - Proc.º n.º 369/18, datado de 11/09/2018 – REALCEPUZZLE, LDA

919 - Presente requerimento com o registo de entrada n.º 1635/18, datado de 2018/09/11, constante do processo camarário n.º 369/18, inerente ao pedido de licenciamento da obra de “**Construção de moradia unifamiliar e muros**”, a levar a efeito um prédio urbano correspondente ao “Lote n.º 71” do Loteamento Urbano sito no lugar de Portela, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 13013 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 16034, da freguesia de Marinha Grande, apresentado por **REALCEPUZZLE, LDA.**, com o NIPC 514826690, com sede em rua Pereira Crespo, n.º 25 A, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2018/09/19, que refere que o projeto de arquitetura não se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise do pedido de licenciamento da obra de “**Construção de moradia unifamiliar e muros**”, a levar a efeito num prédio urbano correspondente ao “Lote n.º 71” do Loteamento Urbano sito no lugar de Portela, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 13013 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 16034, da freguesia de Marinha Grande, apresentado por **REALCEPUZZLE, LDA.**, com o NIPC 514826690, com sede em rua Pereira Crespo, n.º 25 A, freguesia e concelho de Marinha Grande, com o número de processo 369/18, com data de entrada em 2018/09/11, apresentado por **REALCEPUZZLE, LDA.**, com o NIPC 514826690, com sede em rua Pereira Crespo, n.º 25 A, freguesia e concelho de Marinha Grande, bem como do parecer técnico datado de 2018/09/19, a Câmara Municipal delibera notificar a firma requerente, nos termos dos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo – CPA, para se pronunciar em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias, sobre o presente projeto de indeferimento da pretensão, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do art. 24.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, por violar normas legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente as especificações constantes no Alvará de Loteamento n.º 12/1999, de 30/11, ao apresentar para o piso 1, uma área de construção de 55,31m2 superior à área de 54,01m2 e para o piso de sótão, uma área de construção de 56,10m2 superior à área de 47,06m2, e por conseguinte, uma área total de construção de 226,71m2 superior à área definida de 215,83m2.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

35. Req.º n.º 1619/18, datado de 07/09/2018 - Proc.º n.º 165/14, datado de 16/05/2014 - Adelino Bento da Fonseca

920 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 1619/18, datado de 07/09/2018 apresentado por **ADELINO BENTO DA FONSECA**, com o NIF 140949372, com morada em Rua Nova, n.º 227, Casal do Pilha, Milagres, concelho de Leiria, a solicitar o edifício destinado a posto de abastecimento de combustíveis e estabelecimento de bebidas, cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 165/14, titulada pelo alvará de obras de construção n.º 2/17 emitido em 24/04/2017.

Presente parecer técnico datado de 17/09/2018, bem como despacho do Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada pela Presidente da Câmara Municipal, por despacho de 03/11/2017, a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 3 do artigo 18.º da Portaria n.º 1188/2003, de 10/10, na redação conferida pela Portaria n.º 1515/2007, de 30/11.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua central, Garcia, freguesia de e concelho de Marinha Grande, propriedade de ADELINO BENTO DA FONSECA, com o NIF 140949372, com morada em Rua Nova, n.º 227, Casal do Pilha, Milagres, concelho de Leiria, com a seguinte composição:

1) Membros efetivos

Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Alexandre Fava
Eng.º Vasco Fernandes

2) Membros suplentes

Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Ricardo Santos
Dr. Hugo Areal

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

36. Req.º n.º 1654/18, datado de 13/09/2018 - Proc.º n.º 72/18, datado de 28/02/2018 - Sociedade Desportiva e Recreativa de Pilado e Escoura

921 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 1654/18, datado de 13/09/2018 apresentado por **SOCIEDADE DESPORTIVA E RECREATIVA DE PILADO E ESCOURA**, com o NIPC 501804218, com sede em Rua da Sociedade Desportiva e Recreativa de Pilado e Escoura, n.º 3 freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito na mesma morada, objeto de legalização de alteração, titulada pelo alvará de obras de legalização n.º 68/18, emitido em 24/08/2018.

Presente parecer técnico datado de 18/09/2018, bem como despacho do Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada pela Presidente da Câmara Municipal, por despacho de 03/11/2017, a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do art.º 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria à fração “A” do edifício sito em Rua da Sociedade Desportiva e Recreativa de Pilado e Escoura, n.º 3 freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de SOCIEDADE DESPORTIVA E RECREATIVA DE PILADO E ESCOURA, com sede na mesma morada, com a seguinte composição:

1) **Membros efetivos**
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Álvaro Letra

2) **Membros suplentes**
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Nuno Fernandes

Dos técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

37. Req.º n.º 1644/18, datado de 12/09/2018 - Proc.º n.º 373/18, datado de 12/09/2018 - Leonardo Ribeiro Simões

922 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 1644/18, datado de 12/09/2018 apresentado por **LEONARDO RIBEIRO SIMÕES**, com o NIF 281935173, representado por Acácio de Oliveira Simões, com o NIF 178577138, com morada em Rua da Marinha Grande, n.º 4A, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito na Estrada da Praia, n.º 3, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 1071, de 1987, titulada pelo alvará de construção n.º 396, emitido em 05/04/1988, em nome de Joaquim Monteiro Simões, com licenciamento de muro aprovado no âmbito do processo n.º 1048 de 1990, titulado pelo alvará de licença de construção n.º 885, de 25/10/1990.

Presente parecer técnico datado de 20/09/2018, bem como despacho do Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada pela Presidente da Câmara Municipal, por despacho de 03/11/2017, a determinar a realização da vistoria prevista na aliena a) do n.º2 do artigo 64.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Estrada da Praia, n.º 3, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, propriedade de **LEONARDO RIBEIRO SIMÕES**, com o NIF 281935173, representado por Acácio de Oliveira Simões,

com o NIF 178577138, com morada em Rua da Marinha Grande, n.º 4A, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

1) **Membros efetivos**
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Álvaro Letra

2) **Membros suplentes**
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Nuno Fernandes

Dos técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

38. Req.º n.º 1598/18, datado de 05/09/2018 - Proc.º n.º 398/17, datado de 01/09/2017 - Elsa Sofia Martinho Ruivo

923 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 1654/18, datado de 13/09/2018 apresentado por **ELSA SOFIA MARTINHO RUIVO**, com o NIF 214 184 242, residente na rua Cidade do Fundão, n.º 359, 1º D.to., freguesia e concelho da Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício, sito na rua Nova do Moinho de Cima, n.º 44, Albergaria, freguesia e concelho da Marinha Grande destinado a indústria, objeto de legalização de ampliação, titulada pelo alvará de obras de obras de legalização n.º 31/18, emitido em 27/04/2018.

Presente parecer técnico datado de 19/09/2018, bem como despacho do do Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada pela Presidente da Câmara Municipal, por despacho de 03/11/2017, a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do art.º 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito na rua Nova do Moinho de Cima, n.º 44, Albergaria, freguesia e concelho da Marinha Grande, propriedade de ELSA SOFIA MARTINHO RUIVO, com o NIF 214 184 242, residente na rua Cidade do Fundão, n.º 359, 1º D.to., freguesia e concelho da Marinha Grande, com a seguinte composição:

1) **Membros efetivos**
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Álvaro Letra

2) Membros suplentes
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Nuno Fernandes

Dos técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

39. E/8201/2018 – Reclamação sobre obras em apartamento que causam incomodidade aos vizinhos - Pedido de fiscalização - Av. 1.º de Maio, n.º 33

924 - Presente reclamação apresentada por Ana Luísa Bernardino, através de e-mail remetido a esta Câmara Municipal, registado sob o n.º E/8201/2018, datado de 12/09/2018, sobre a execução de obras no apartamento correspondente ao terceiro andar esquerdo do prédio sito na Avenida 1.º de Maio, n.º 33, bem como no espaço de sótão, comum a todos os inquilinos que têm alegadamente provocado danos nas paredes de apartamentos contíguos, bem como na fachada do edifício;

Presente informação dos serviços, datado de 21/09/2018, bem como despacho do Vereador do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência subdelegada por despacho da Presidente da Câmara Municipal, proferido em 03/11/2017, a determinar a realização da vistoria à fração correspondente ao terceiro andar esquerdo do prédio sito na Avenida 1.º de Maio, n.º 33, propriedade de Inna Valeeva, bem como para determinação de eventuais medidas de restauração e tutela da legalidade urbanística, ao abrigo do disposto nos artigos 93.º, 94.º, 95.º e 102.º do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro;

A Câmara Municipal a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria à fração correspondente ao terceiro andar esquerdo do prédio sito na Avenida 1.º de Maio, n.º 33, propriedade de Inna Valeeva, com a seguinte composição:

1) Membros efetivos
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Álvaro Letra

2) Membros suplentes
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Nuno Fernandes

Mais delibera notificar a reclamante, Ana Luisa Bernardino, com morada na Av. 1.º de Maio, n.º 33, 1.º Dt.º, da realização da vistoria.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

40. Req.º n.º 1362/18, datado de 24/07/2018 - Proc.º n.º 529/05, datado de 19/07/2005 - Armando Brás Heleno

925 - Presente requerimento n.º 1362/18, datado de 24/07/2018, apresentado por **ARMANDO BRÁS HELENO**, com o NIF 115386793, com morada em Serra do porto do Urso, n.º 30, 2425-074 Monte Real, freguesia de Monte Real, concelho de Leiria, titular do processo de Licenciamento n.º 529/05, referente à obra de Construção de um edifício habitacional e garagens, levada a efeito ao abrigo do Alvará de Obras de Construção n.º 219/08, de 27 de outubro, num prédio rústico sito na Rua do Cotovelo, lugar de Casal Galego, freguesia e concelho da Marinha Grande, a solicitar a realização de vistoria às obras de urbanização realizadas no âmbito das condicionantes impostas ao referido licenciamento, referentes à execução de um coletor doméstico, numa extensão de aproximadamente 90 metros, com vista à sua receção definitiva e à libertação do montante de 467,89€ (quatrocentos e sessenta e sete euros e oitenta e nove cêntimos), correspondente ao valor da caução prestada através de depósito na Tesouraria da Câmara Municipal - Guia 1/3/80 de 4/01/2011 - como garante da boa e regular execução das respetivas obras de urbanização;

Presente relatório da Comissão de Vistorias, datada de 21 de setembro de 2018, referindo que é possível proceder à receção definitiva das obras de urbanização realizadas, designadamente coletor doméstico, numa extensão de aproximadamente 90 metros, uma vez que o mesmo se encontra em boas condições de conservação;

Presente, igualmente, Auto de Vistoria, datado de 21 de setembro de 2018, propondo a receção definitiva das obras de urbanização em causa;

Após análise da pretensão apresentada pelo requerente, a Câmara delibera:

ACEITAR definitivamente as obras de urbanização supra referidas, conforme proposto pela Comissão de Vistoria nos seus relatório e auto, datados de 21 de setembro de 2018, uma vez que as mesmas se encontram em bom estado de conservação e foram executadas de acordo com as telas finais apresentadas, e mandar libertar o montante de 467,89€ (quatrocentos e sessenta e sete euros e oitenta e nove cêntimos), correspondente ao valor da caução prestada através de depósito na Tesouraria da Câmara Municipal - Guia 1/3/80 de 4/01/2011 - como garante da boa e regular execução das respetivas obras de urbanização.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

41. Req.º n.º 996/18, datado de 24/05/2018 - Proc.º n.º 69/16, datado de 02/03/2016 - SOLO E BETÃO - Compra e Venda de Imóveis para Revenda e Construção Civil, Lda

926 - Presente requerimento n.º 996/18, datado de 24/05/2018, apresentado por **SOLO E BETÃO - COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS PARA REVENDA E CONSTRUÇÃO CIVIL LDA**, com o NIPC 504583875, com sede em Rua dos Fundadores, n.º 2, Picassinos, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a realização de vistoria às obras de urbanização realizadas no âmbito do processo de licenciamento de ampliação de arruamento, com o n.º 69/16, ao qual foi atribuído o Alvará de Obras de Urbanização n.º 5/16, de 11/11/2016, e ao processo n.º 527/17, ao qual foi atribuído o Alvará de legalização de Alteração de Obras de Urbanização n.º 2/18, de 23/05/2018, que incidem sobre o prédio sito em Rua Zeca Afonso, da freguesia de Marinha Grande, e a consequente redução do valor da garantia bancária n.º 00125-02-2030990, do Banco Comercial Português, S.A.

datada de 10/10/2016, prestada pela sociedade requerente como garante da boa e regular execução das respetivas obras de urbanização, no que às infraestruturas viárias respeita.

Presente relatório, elaborado pela Comissão de Vistorias, bem como Auto de Vistoria, ambos datados de 25 de setembro de 2018, propondo a receção provisória da componente infraestrutura viária, por a mesma se encontrar executada de acordo com o processo n.º 527/17, relativo a projeto de legalização de alterações efetuadas nas obras de urbanização - rede viária - aprovado em reunião de câmara de 05/03/2018 e a receção provisória final das obras de urbanização executadas no âmbito do processo de licenciamento n.º 69/16.

Após análise da pretensão, do Relatório e do respetivo Auto de Receção Provisória Final elaborados pela Comissão de Vistorias, a Câmara delibera:

1) DEFERIR o pedido de receção provisória final das infraestruturas executadas, realizadas no âmbito do processo de licenciamento com o n.º 69/16, ao qual foi atribuído o Alvará de Obras de Urbanização n.º 5/16, de 11/11/2016, e do processo n.º 527/17, ao qual foi atribuído o Alvará de legalização de Alteração de Obras de Urbanização n.º 2/18, de 23/05/2018, que incidem sobre o prédio sito em Rua Zeca Afonso, da freguesia de Marinha Grande, nomeadamente, rede viária.

2) RECECIONAR as infraestruturas respeitantes à componente rede viária, por se ter verificado que as mesmas respeitam o processo de legalização n.º 527/17.

3) MANDAR LIBERTAR o montante de 9.180,00 € (nove mil cento e oitenta euros), da garantia bancária n.º 00125-02-2030990, do Banco Comercial Português, S.A. datada de 10/10/2016, com o valor inicial de 19.123,14 (dezanove mil cento e vinte e três euros e catorze cêntimos), prestada pela sociedade requerente como garante da boa e regular execução das respetivas obras de urbanização, designadamente, rede de abastecimento de água, rede de drenagem de águas residuais domésticas, rede de drenagem de águas residuais pluviais e rede elétrica, e já alvo de redução, na sequência da receção provisória parcial de obras de urbanização em reunião de câmara 11/12/2017, conforme quadro infra, ficando retido o montante de 1.912,31€ (mil, novecentos e doze euros e trinta e um cêntimos), até à receção definitiva das referidas Obras de Urbanização.

Componente - Infraestrutura	Montante Inicial	Redução		Montante retido
Rede viária	10.200,00€	90%	9.180,00€	1.020,00€
Rede de abastecimento de água	150,00€	0%		150,00€
Rede de drenagem de águas residuais domésticas	250,00€	0%		250,00€
Rede de drenagem de águas residuais pluviais	430,00€	0%		430,00€
Infraestruturas elétricas e de iluminação	62,31€	0%		62,31€
TOTAL	10.092,31€		9.180,00€	1.912,31€

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**42. Req.º n.º 1486/18, datado de 14/08/2018 - Proc.º n.º 51/18, datado de 16/02/2018 -
Luís António Correia Amaral**

927 - Presente requerimento n.º 51/18, datado de 2018/08/14, constante do processo camarário n.º 51/18, subscrito por **LUÍS ANTÓNIO CORREIA AMARAL**, com o NIF 192177095, residente em rua da Ribeira, n.º 6, lugar de Amieira, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de **“Construção de um edifício destinado a arrumos e muros de vedação”**, a incidir sobre um prédio rústico, sito em rua da Agroeira, lugar de Amieira, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 13297 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo número 3015.

Presentes pareceres técnicos sobre o assunto, datados de 2018/06/18 e de 2018/09/18, que referem que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise do pedido de licenciamento da obra de **“Construção de um edifício destinado a arrumos e muros de vedação”**, a incidir sobre um prédio rústico, sito em rua da Agroeira, lugar de Amieira, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 13297 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo número 3015, com o número de processo 51/18, com data de entrada em 2018/02/16, apresentado por **LUÍS ANTONIO CORREIA AMARAL**, com o NIF 192177095, residente em rua da Ribeira, n.º 6, lugar de Amieira, freguesia e concelho de Marinha Grande, e considerando os pareceres técnicos que sobre ele recaíram, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo, com os seguintes condicionalismos:

1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do RJUE.
2. Execução de todos os trabalhos necessários à correta execução da obra, nomeadamente um passeio na extensão total do prédio confinante com a rua da Agroeira, com largura de 1,60m. Os materiais a aplicar no passeio deverão prever blocos de betão, com as dimensões de 0,10mx0,20mx0,06m, após execução de uma base em tout-venant com 0,15m de espessura. O lancil deverá ser de betão pré-fabricado, com uma largura de 0,15m, podendo o passeio ser rebaixado na zona da entrada, utilizando lancil de rampa com 0,40m de largura e lancil lateral com cantos de acabamento.
3. Cedência para domínio público da faixa de terreno com a área de 40,40m², ao longo da frente do prédio confinante com a rua da Agroeira, conforme configuração constante da peça gráfica correspondente à “PLANTA DE IMPLANTAÇÃO E ARRANJOS EXTERIORES”, com o número “Folha n.º 02”, datada de agosto/2018, entregue a coberto do requerimento n.º 1486/18, datado de 2018/08/14, ficando a emissão da Autorização de Utilização, condicionada à apresentação de certidão emitida pela Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

AÇÃO SOCIAL

43. Atribuição de apoios ou benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra - Comissão de Reformados Pensionistas e Idosos: Almoço de Natal/2018.

928 - Presente deliberação camarária, datada de 11 de dezembro de 2017, na qual a Câmara Municipal deliberou, ao abrigo do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra (adiante designado por regulamento), admitir a candidatura abaixo indicada, ao programa de apoio a atividades pontuais, para a realização do Almoço de Natal para o corrente ano, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

APOIO PONTUAL

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO
E/8541/2017	506171795	CRPI	Almoço de Natal /2018	28

Considerando que nos termos do artigo 6.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, a atribuição de qualquer apoio ou benefício depende da demonstração pela entidade beneficiária do cumprimento das suas obrigações fiscais, de contribuições para a segurança social e de quaisquer obrigações de natureza pecuniária perante a entidade concedente;

Considerando que o n.º 1 do artigo 15.º do regulamento, define que os apoios ou benefícios, em qualquer um dos tipos de programa previstos, estão limitados pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro;

Considerando ainda que, nos termos do artigo 6.º do regulamento, a atribuição de qualquer apoio ou benefício depende da demonstração pela entidade beneficiária do cumprimento de quaisquer obrigações de natureza pecuniária perante a entidade concedente, devendo ter para o efeito ter:

- A situação regularizada em termos da Autoridade Tributária e Segurança Social (declarações ou autorizações de consulta;
- Relatórios de contas do ano anterior aprovados e validados e respetiva ata de aprovação;
- Obrigações cumpridas relativas a contratos de apoio de anos anteriores;
- Situações de dívida para com o Município da Marinha Grande devidamente regularizadas;
- Mandato válido – atas de eleição e tomada de posse dos órgãos sociais.

Considerando que nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis
- c) Necessidade financeira do pedido;

Considerando que as atribuições do Município da Marinha Grande nos domínios da educação, cultura, desporto, ação social e promoção do desenvolvimento nos termos das alíneas d), e), f), h) e m) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua

redação atual, conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande, a competência para apoiar as atividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outras de interesse municipal, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes nos termos das alíneas o), p) e u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei supracitada;

Considerando, por fim, ainda os critérios definidos no regulamento.

A Câmara Municipal apreciou a informação e delibera conceder ao abrigo da competência conferida pela alínea u) do n.º 1, do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual e nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, o seguinte apoio financeiro:

ATIVIDADES PONTUAIS:

ENTIDADE	OBJETIVO	NIF	PONTOS	AÇÃO	MONTANTE
CRPI	Almoço de Natal/2018	506171795	28	2018/A/89	1.000,00€
TOTAL					1.000,00€

Mais delibera, em cumprimento do previsto nos artigos 18.º e n.º 1 do artigo 20.º do Regulamento, aprovar a minuta do contrato-programa em anexo, a celebrar com a entidade beneficiária.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores do MpM, Aurélio Ferreira e Humberto Dias, que proferiram a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Contudo, reconhecemos o esforço de tipificação das áreas de apoio (cultural, social e desportiva), a clarificação de critérios, o estabelecimento de uma escala de pontuação a atribuir em função do cumprimento dos critérios (subjectivos). Registamos ainda com uma nota bastante positiva a forma como a informação técnica foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri.

Mas isto, ainda é muito pouco, tal como recomendam os auditores às contas, deve ser feita “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está atualizado.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abstermo-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

TEMPOS LIVRES E DESPORTO

44. Contrato-programa de apoio a infraestruturas - Sociedade de Beneficência e Recreio 1.º de Janeiro. Adenda.

929 - A Sr.ª Vereadora Célia Guerra apresentou a seguinte proposta de deliberação:

Na sequência de deliberação camarária, de 3 de setembro de 2018, foi celebrado um contrato-programa com a Sociedade de Beneficência e Recreio 1.º de Janeiro, tendo por objeto a requalificação ao nível da cobertura, teto e sistema de iluminação do respetivo pavilhão.

Na cláusula 4.º, n.º 3, do contrato-programa, ficou estipulado que a comparticipação municipal seria liquidada na totalidade até ao dia 30 de novembro de 2018. A alteração do n.º 3 da referida cláusula implica a modificação dos seus n.ºs 6 e 10.

Presente requerimento, apresentado pela Sociedade de Beneficência e Recreio 1.º de Janeiro, no qual solicita a alteração do contrato-programa identificado, em função das condições financeiras que lhe são exigidas.

A Câmara Municipal, de acordo com os artigos 33.º, n.º 1, alínea o), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera alterar a redação da cláusula 4.ª, n.ºs 3, 6 e 10, que passa a ter a seguinte redação:

3 - A comparticipação financeira é liquidada em duas parcelas de 50 % cada, liquidando-se a primeira até ao dia 15 de outubro de 2018 e a segunda até ao dia 20 de dezembro de 2018, esta mediante prévia confirmação escrita da realização do investimento por parte dos serviços municipais responsáveis pela gestão do presente contrato.

6 - O segundo outorgante deve apresentar ainda, até 20 de dezembro de 2018, relatório de receitas e despesas no âmbito do presente contrato, com inclusão de fotografias,

assim como os documentos comprovativos de todas as despesas efetuadas no exercício económico de 2018 relativas ao presente contrato, para efeitos de certificação dos originais das faturas, recibos e extratos bancários comprovativos do desconto do cheque ou outra forma de pagamento utilizada.

10 - A entidade beneficiária deve comunicar, impreterivelmente até 20 de dezembro de 2018, mas sempre em data anterior ao pagamento da presente participação, à entidade concedente se recebeu ou vai receber qualquer outro apoio proveniente de uma entidade pública, que seja suscetível de se refletir no cômputo global do apoio concedido em função do valor total do investimento considerado.

A Câmara Municipal delibera, em consequência, aprovar a minuta de adenda ao contrato-programa, que se dá por integralmente reproduzida.

A presente deliberação foi aprovada por unanimidade e em minuta.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

E nada mais havendo a tratar, a Sr.^a Presidente encerrou a reunião eram 19:10 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A Presidente da Câmara Municipal,

O Vice-Presidente da Câmara Municipal,

A Secretária da reunião,